

ATA DA DÉCIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

Mês de dezembro de 2020

15^a

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório – Casa da Cultura de Mogadouro, sob a presidência do excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Jorge José Martins Dias e das excelentíssimas senhoras secretárias, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária e Carla Alexandra Reis Lousão, segunda secretária.-----

----- Aberta a sessão pelo senhor Presidente da Assembleia, procedeu-se à chamada. Verificou-se a existência de quórum para dar início aos trabalhos, estando presentes quarenta e um membros municipais, dos quarenta e três que constituem este órgão, assim relacionados: -----

----- Jorge José Martins Dias, Ilídio Granjo Vaz, Manuel Luís Varandas, Manuel António Preto, Anabela Mendes Pereira, Sandra Cristina Mendo Moura, António de Jesus Cordeiro, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, Carla Alexandra Reis Lousão, António Acácio Gonçalves Baptista Cordeiro, Cândido Francisco Fernandes, Altino dos Anjos Aleixo, Luís José Pinto Lopes, José Luís Felgueiras, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Maria Eugénia Batista Cabanal, José Francisco Bento Sanches Branco, Alberto Oliveira da Costa, António Amálio Oliveira, João de Deus Possacos, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, António dos Santos Aleixo, Carlos Alberto Telo Figueira, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, José António Patrão, Luís Pedro Martins Lopes, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Rui Manuel Pimentel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José Ramos Fernandes, António José Marcos, José Pedro Ovelheiro Amaro, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado e Manuel dos Anjos Garcia.-----

----- De registar as faltas de comparência à presente sessão dos seguintes membros municipais:-----

----- Alfredo Justino Ribeiro apresentou, por correio eletrónico, comunicação de que não poderia comparecer, por motivos profissionais. A Mesa considerou a falta justificada.-----

----- Pedro Manuel Folhento Bento Pires apresentou, por correio eletrónico, comunicação de que não poderia comparecer, por motivos de saúde, não

indicando ninguém para o substituir. A Mesa considerou a falta justificada.-

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu com os trabalhos constantes, com a seguinte ordem do dia:-----

ORDEM DO DIA

1.1 ATA DA 14.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2020 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO.-----

1.2 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA.-----

1.3 APROVAÇÃO DE VOTO DE PESAR.-----

1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO.-----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

2.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E N.º 4 DO ARTIGO 35.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA APRECIÇÃO.-----

2.2 GABINETE DO PRESIDENTE - ACORDO DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO N.º25/2012 DE CONCESSÃO DO USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA A CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NA VILA DE MOGADOURO – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

2.3 GABINETE DO PRESIDENTE - CONTRATO DE CEDÊNCIA (USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO) A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MOGADOURO E A SONORGÁS-SOCIEDADE DE GÁS DO NORTE, S.S. – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

2.4 GABINETE DO VICE-PRESIDENTE - ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE MOGADOURO – PARA DELIBERAÇÃO.-----

2.5 GABINETE DO PRESIDENTE - ASSINATURA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO SOBRE A UNIDADE DOMICILIÁRIA DE CUIDADOS PALIATIVOS – PLANALTO MIRANDÊS CELEBRADO ENTRE A UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORDESTE, E.P.E. E OS MUNICÍPIOS DE MIRANDA DO DOURO, MOGADOURO E VIMIOSO E AS SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA DE MIRANDA DO DOURO, MOGADOURO E VIMIOSO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO E SUBMISSÃO A APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PARA DELIBERAÇÃO.-----

2.6 GABINETE DO PRESIDENTE - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DAS “DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2021, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º192/2015, DE 11 DE SETEMBRO”, ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO: PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS – PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL(ORÇAMENTO DA RECEITA E ORÇAMENTO DA DESPESA) – MAPA DE PESSOAL E NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.---

2.7 GABINETE DO PRESIDENTE - PROPOSTA SOBRE A FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO ANO 2021 – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

2.8 GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA - CAMPANHA “NESTE NATAL, COMPRO NO COMÉRCIO LOCAL” – PARA CONHECIMENTO.-----

2.9 CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA A REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PARA CONHECIMENTO.-----

2.10 CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA PREPARAÇÃO DAS “COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL” – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.-----

2.11 APOIO CONCEDIDO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DE AZINHOSO E DE CASTELO BRANCO NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE MOGADOURO – PARA CONHECIMENTO.-----

2.12 MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO – PARA CONHECIMENTO.-----

2.13 MAPA DO SERVIÇO PRESTADO PELAS MÁQUINAS NAS FREGUESIAS – PARA CONHECIMENTO.-----

2.14 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 4 – 2020 – PARA CONHECIMENTO.-----

3. OUTROS ASSUNTOS.-----

.....

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

----- “No início da sessão, o senhor Presidente da Assembleia referiu o seguinte:-----

----- “Todos os membros devem ter cuidado com o tempo das intervenções, vamos tentar respeitar o tempo. Agradecia que não fossem feitos comentários individuais e quando os membros estiverem a falar, os outros devem ouvir condignamente. Se no fim quiserem colocar as suas situações, podem-no fazer porque estamos numa sessão livre. Agradeço que tenham cuidado com os respetivos telemóveis.”-----

.....

----- **1.1 ATA DA 14.^a SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE SETEMBRO DE 2020 – APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO:** - A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da décima quarta sessão ordinária, realizada no dia vinte e cinco de setembro do ano de dois mil e vinte.-----

----- Não participaram na votação desta ata, os membros desta Assembleia Municipal que não estiveram presentes na referida sessão, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.-----

----- **1.2 INFORMAÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E EXPEDIDA:** - Nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia tomou conhecimento do expediente relativo aos assuntos relevantes tratados pela Assembleia desde a última sessão até ao dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte.-----

----- **1.3 APROVAÇÃO DE VOTO DE PESAR:** - Por proposta do senhor Presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o seguinte voto de pesar e apresentar às famílias enlutadas as sentidas condolências:-----

- Pelo falecimento do presidente da Associação Comercial, Industrial e Serviços de Mogadouro (ACISM), o senhor Carlos Tiago Fernandes Paulo.-

----- **1.4 PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Não houve público presente para intervir.-----

----- **1.5 TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:** - Inscreveram-se para usar a palavra os seguintes membros municipais: Maria Teresa Afonso Pimentel Vilariça; José Francisco Bento Sanches Branco; Jorge José Martins Dias; Belmiro Joaquim Mendes Ferreira.-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:**-----

-----“Senhor Presidente eu coloco isto no ponto que o senhor entender. Eu estava à espera que o senhor Presidente da Assembleia Municipal neste assunto ou o senhor Presidente da Câmara nos informasse sobre o assunto das barragens.-----

----- Eu tive conhecimento que houve uma reunião ontem ou no dia anterior sobre o tema, sei que o negócio está feito, estava à espera que nos comunicasse alguma coisa.”-----

----- **INTERVENÇÃO DA MEMBRO MARIA TERESA AFONSO PIMENTEL VILARIÇA:**-----

-----“Quero pedir desculpa por vir falar sem um discurso elaborado. Não é o meu estilo dos discursos, mas gostaria de não deixar passar este momento para colocar algumas questões e refletirmos sobre elas.-----

----- Estamos a atravessar uma crise notória e conhecida por todos, relativamente à covid_19 e que não será só em termos de saúde que nos traz problemas é com certeza também em termos económicos e sociais.-----

----- Aquilo que eu gostaria de perguntar à Câmara é o seguinte: Já fizeram um levantamento, uma ideia, ou números concretos do impacto que a pandemia causou pelo concelho?-----

----- Nas aldeias pode-se não sentir tanto porque existe sempre uma horta, existem alguns recursos, mas com certeza que não têm aquilo que tinham antes, mesmo não parecendo, existem pessoas que não conseguiram fazer aquilo que faziam antes, vender o que vendiam. A crise não chegou apenas ao turismo, que não sendo muito representativo na nossa terra até tem algum impacto, penso eu.-----

----- Era muito importante fazer um estudo, um trabalho, ou fazer um levantamento de necessidades, diagnóstico da situação em termos económicos e sociais do impacto que a pandemia causou a todas as pessoas. No nosso concelho não existem só empresas, temos muitos produtores individuais e que muitos não pedem ajuda mesmo que tenham necessidade. Aquilo que eu penso é que não devemos apenas bater à porta das pessoas para pedir votos, nesta situação deveria ser pensada uma forma de chegarmos a todos e bater à porta de todos para saber se precisam de alguma coisa.-----

----- Alguns poderão ter umas couves, umas abóboras, trigo, azeite que não conseguiram vender, porque digam o que disserem, muita coisa ficou lá, na espera de melhor ocasião. Portanto, acho que o nosso papel não é só bater à porta quando necessitamos deles. Devemos pensar em conjunto nesta casa, porque nestas ocasiões acho que devemos procurar entendermo-nos todos. O importante é ver as necessidades que a gente da nossa terra tem e se os podemos ajudar de alguma forma. Falando da ajuda o que eu quero aqui dizer é que a ajuda às vezes pode não chegar só pelo dinheiro. Claro que o dinheiro é fundamental e ninguém diz o contrário, ninguém se governa sem o dinheiro. Mas existem muitas maneiras de ajudar, muitas vezes uma palavra

amiga. Para além disso em termos de logística ajudar os produtores, os agricultores a elaborar e a tratar de documentos, pois muitas vezes é difícil tratar. Por exemplo, os documentos de posse de terra são muito difíceis de tratar, muitas pessoas para conseguirem receber o apoio do Estado têm que registar os terrenos no parcelário agrícola e se não tiverem um documento de posse de terra já nem conseguem, portanto, sabemos também que o nosso concelho tem a vantagem de ter o cadastro rústico, por outro lado dificulta imenso quando existem transações desses prédios. Muitos desses prédios rústicos ainda estão em nome dos nossos avós ou bisavós, pessoas que não nos são nada mas que os nossos avós compraram e existe uma dificuldade enorme em pôr esses terrenos no nosso nome.-----

----- A Câmara podia disponibilizar algum tipo de ajuda nesse sentido. Um grupo de pessoas capazes de poderem ajudar em várias situações.-----

----- Falei nos agricultores porque são aqueles que conheço melhor, mas outros comerciantes poderão precisar de alguma ajuda em termos de tratamento de documentos.-----

----- Outra coisa que eu acho que seria importante, mais virada para a agricultura, seria o seguinte: durante muitos anos o Ministério da Agricultura fez o aconselhamento aos agricultores, alguns ainda se devem lembrar da extensão rural, e para além desta ainda existia outra forma de se conseguir dirigir aos agricultores e apoiá-los em termos de aconselhamento técnico.--- Entretanto muita crise se passou, muita coisa mudou e alguns Ministros e os Governos sucessivos de uns partidos ou de outros, todos tiveram responsabilidade e mudaram a estratégia e passaram para outras entidades muitas das responsabilidades que tinha o Ministério. Esse apoio acabou por se perder, nós tínhamos técnicos agrícolas na direção regional espetaculares, muito bons técnicos. Agora também existem, mas têm uma formação mais teórica e antigamente mais prática e tínhamos excelentes técnicos que davam esse apoio técnico aos agricultores e isso agora não existe. Os técnicos que existem perdem-se em papéis, é tudo papéis e mais papéis.-----

----- Portanto, ir ao agricultor, dar o apoio, explicar como fazer, isso perdeu-se. Eu sei que existem entidades com quem o Estado tem contratos, provavelmente seria para dar esse tipo de apoio, mas também existem limitações. Existem um certo apoio técnico, mas todos nós sabemos se quisermos ser realistas e verdadeiros e não nos iludirmos com tretas, o apoio que efetivamente chega pode constar no papel, mas na prática é muito pouco. Acho que a Câmara podia pensar numa forma de os ajudar para não andarem perdidos. Estão abertas as candidaturas para dois programas são eles: jovens agricultores de regiões desfavorecidas e surgirão outros. Muitos andam perdidos porque não sabem onde apostar, falta esse apoio técnico.-----

----- O Ministério por razões várias não faz esse trabalho, acho que deveria ser a Câmara a tomar alguma iniciativa com as entidades locais. Penso que não havendo outras entidades a fazê-lo acho que deveria ser a Câmara,

deveria pensar numa forma de deitar a mão nisto, acho que era importante definir uma estratégia para o concelho e ver o que efetivamente poderia melhorar a nossa vida.-----

----- Sei que foi anunciado muito dinheiro para as regiões de fronteira, gostaria de saber se existe alguma coisa prevista para o concelho de Mogadouro. Se existe dinheiro acho que devemos bater o pé porque nós somos os desfavorecidos e estamos na região de fronteira.-----

----- Desejo a todos umas boas festas com as limitações que teremos que estar sujeitos, mas pelo menos que Deus nos ajude a passar uma nova quadra e a chegarmos a outro Natal a nós e a todas as pessoas de quem gostamos.”-

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:**-----

-----“De encontro àquilo que eu tinha na proposta da Moção Terra de Miranda, estava aqui à espera, antes da minha intervenção, que alguém falasse desse assunto, mas não falaram. Apresento a seguinte proposta.----- Movimento Cultural Terra de Miranda criado e mobilizado entre a sociedade civil, tem prestado serviço sem precedentes no nosso território. Com o apoio dos deputados PSD na Assembleia da República eleitos pelo círculo eleitoral de Bragança, este Movimento apresentou na Assembleia da República uma proposta de lei que veio a ser aprovada. Esta lei prevê que os concelhos de Mogadouro e Miranda do Douro possam beneficiar da afetação permanente dos impostos municipais e de uma parte da renda gerada pelas barragens do Douro Internacional, bem como na totalidade dos impostos sobre os valores de trespasse da concessão da venda dos respetivos imóveis e equipamentos. As previsões são de um valor total dos benefícios gerados para o território ronda os cem milhões de euros acrescido de mais sete milhões anuais. Este é um feito histórico para o nosso território do Movimento Cultural Terra de Miranda que deve ser reconhecido como protagonista de um acontecimento sem precedentes com potencial de mudar a economia destes dois concelhos. Em pouco mais de seis meses de existência, este Movimento conseguiu realizar um trabalho extenso e de grande qualidade jurídica, económica e cultural. Conseguiu chegar para as mais altas esferas do país da União Europeia. Conseguiu ser ouvido com o único interesse de defender o nosso território, este trabalho árduo, desinteressado e tão valioso não pode deixar de ser reconhecido. Os cidadãos que constituem o Movimento Cultural Terra de Miranda e a própria iniciativa em si mesma, merece que se reconheça e que fique registada a sua generosidade do trabalho em prol do território e grande mérito dos resultados alcançados, que só além de inédito, admiráveis e dignos de todos os louvores.-----

----- Assim, proponho à Assembleia Municipal de Mogadouro os seguintes louvores: 1.º Louvar, honrar e apoiar o trabalho notável do Movimento Cultural pela Terra de Miranda; 2.º Louvar e apoiar os grupos culturais e

personalidades fundadores deste Movimento, bem como cada um dos seus membros; 3.º Manifestar a nossa satisfação e admiração pelos resultados alcançados e expressar reconhecimento com marco histórico com precedentes para o nosso território; 4.º Colocar à disposição deste Movimento toda a colaboração necessária para apoiar o pressuposto dos seus fins.-----

----- Isto vem de encontro à Moção que eu apresento, é basicamente para que a Assembleia ou a Câmara disponibilize todos os recursos jurídicos, apoio de material, para este Movimento levar a bom porto tudo o que pretende revezar em benefício das barragens de Bemposta, Picote e Miranda do Douro.-----

----- Aquilo que eu sei, ainda ontem falamos, acho que o Ministro já fez o negócio escondido para ninguém saber, mas espero que fale o Presidente da Assembleia que faz parte do grupo ou o Presidente da Câmara.-----

----- A Moção pretende o seguinte: se o Movimento precisar de apoio jurídico, a Câmara de Mogadouro fornecer ou pagar esse apoio. Não sei se é legal ou não, mas penso que pode ser legal. Se alguém quiser fazer algum esclarecimento eu agradecia.-----

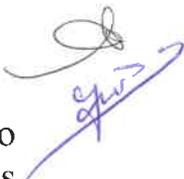
----- De seguida eu queria levantar outros pontos.-----

----- Queria agradecer ao senhor Presidente da Assembleia, na última Assembleia eu pedi os elementos sobre as obras da remodelação da rede de águas e saneamentos. Pedi ao senhor Presidente para pedir na Câmara para me facultarem essa documentação. Dou os parabéns que me fez chegar essa documentação, só que o mais espantoso é que aquilo veio por email, eu vou tentar abrir o email com os documentos e aquilo está chipado, não sei se é para esconder alguma coisa, ninguém consegue abrir o email, nem conseguem abrir os documentos. O senhor Presidente disse-me para passar na Assembleia, se calhar venho às horas que não está aberto, o que é certo é que ainda não tenho os documentos. Eu fico a aguardar por esses documentos.-----

----- Outra questão que levantei foi a sinalização ao pé do sinal do Novo Banco, recentemente quem passasse na estrada que vai de Mogadouro para o Azinhoso na rotunda ao lado de Vale da Madre, neste vendaval derrubou um placar, esteve lá uma semana ou duas, mas ainda não está colocado. Será que ainda é o problema da pandemia que as pessoas não podem vir trabalhar para serem colocados estes sinais?-----

----- Outra questão que eu coloquei na outra Assembleia foi a situação do contador das águas do bairro social, até ao momento ainda não temos resposta. Deixo aqui novamente a questão em aberto.-----

----- Outra das questões que foi levantada, aqui na última reunião, pelo professor Ilídio foi a questão do veterinário municipal. O senhor Presidente veio responder que o veterinário se reformou, que tínhamos disponibilidade do veterinário de Vimioso para eventuais situações que nós precisássemos,



e qual é o espanto, está aqui um presidente de junta que ligou para Vimioso a perguntar quando é que o veterinário viria a sua freguesia vacinar os cães e quem o atendeu em Vimioso disse que o veterinário não vai vacinar os cães a Mogadouro. Está disponível para a Câmara, mas para despachar processos pendentes que precisam de um parecer do veterinário. Era isso que eu queria confirmar, se afinal o veterinário vem ou não vacinar os cães.-----

----- Outra questão que eu coloquei aqui e que foi debatida foi a questão das águas, se passaram para a Resíduos do Nordeste ou não. Queriam convidar o Dr. Paulo Praça para vir e não sei qual foi o feedback, se existe algum desenvolvimento sobre esta questão das águas, gostava de saber algo sobre esse ponto porque as águas como devem saber foram badaladas desde a última reunião até hoje pelo PSD no Facebook. Infelizmente a água fornecida pelo Município tem sido nos últimos tempos de péssima qualidade.-----

----- Faço uma chamada de atenção por parte do PSD local ao Executivo através dos meios próprios do partido quem surge responder não é o visado, mas sim a estrutura local do partido socialista, ora se dúvidas havia elas ficaram ainda mais vincadas. Quem gere afinal a Câmara Municipal? É o independente Francisco Guimarães? Ou está este submisso ao partido socialista que sobrepôs interesses individuais e partidários aos interesses da população? Como pode o senhor Presidente perante um problema de saúde pública, como é o caso da qualidade da água, remeter-se ao silêncio e permitir que venha o partido socialista emitir opiniões acerca de um assunto da sua inteira responsabilidade? Se o partido socialista local fala em nome do Executivo como pode o senhor Presidente permitir que dignem os Executivos do PSD que durante doze anos nada fizeram para resolver o problema da água. Em vez de se terem preocupado com a origem da fotografia ilustre do artigo alusivo ao assunto em que estamos, se os senhores do PS tivessem procurado saber o que realmente fez o PSD enquanto esteve no poder, teriam certamente concluído para se resolver problemas de qualidade, falta de água e pressão do concelho de Mogadouro o Executivo do PSD levaram a cabo as seguintes medidas: aumentaram o depósito para triplicar a capacidade de captação da água da ETAR de Bastelos; duplicação da capacidade de filtragem da ETAR de Bastelos; reforço do prolongamento de rede de distribuição; renovação da rede de abastecimento de toda a zona histórica da vila e em diversos bairros intervenientes em Mogadouro, que permitiu reduzir as fugas de 56% para 8%; construção de novos reservatórios nos pontos mais altos da vila, Castelinho e Penedo para resolver o problema de falta de pressão na rede a suprimir as falhas de água por avaria, desde então não mais faltou a água em Mogadouro; renovação da ETAR de Bemposta; construção de novas condutas e reservatórios de capacidade para três milhões de litros de água no alto de Brunhosinho, obra esta que o Executivo abandonou mas que permitiria trazer água com qualidade e

quantidade para substituir e abastecer a ETAR de Bastelos em caso de necessidade; abastecimento de Travanca, Granja, Gregos, Figueirinha a partir de Bemposta, abastecimento de Lamoso, Tó, Algosinho, Peredo, Ventozelo a partir de Bemposta; renovação e reforço de redes de abastecimento em diversas freguesias.-----

----- Senhor Presidente é inconcebível que a tudo isto o partido não suporta chamar nada, nada é aquilo que o seu Executivo fez nos últimos sete anos neste sector. O seu Executivo nem sequer conseguiu tirar partido das excelentes infraestruturas para distribuir água com qualidade à população, pois apesar dos alertas, ainda nesta semana ou na semana passada, não sei se soube, mas tivemos um problema e quase a ficar sem água em Mogadouro. Houve um problema gravíssimo na sala de tratamento de águas, se existem esses problemas Mogadouro vai ficar sem água.-----

----- Tem o partido Socialista um plano B, para na eventualidade acontecer alguma situação na barragem de Bastelos?”-----

----- RESPOSTA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

-----“Em relação aos documentos que o membro José Branco solicitou através da Assembleia, nós disponibilizamos os documentos. Disponibilizei em conversa telefónica uma vez ou duas em que o membro José Branco me abordou, eu disse-lhe para passar no gabinete da Assembleia uma vez que não conseguia abrir os documentos. Portanto, talvez fosse um descuido pessoal, porque podias ter passado no gabinete, pois os documentos não são secretos. Se a Câmara os forneceu para os passarmos para teu conhecimento, não existe segredo. Estou-me a referir aos documentos solicitados referentes às obras de Remodelação das Redes de Água e Saneamentos de Bemposta e Peredo de Bemposta. Estão disponíveis, quando quiseres podes levá-los.-----

----- Em relação ao louvor eu acho que estamos num momento em que não nos podemos separar, ou seja, eu aqui nem vou falar como Presidente, vou falar como membro do Movimento. Não nos podemos separar porque foram conseguidas grandes vitórias, e uma das vitórias mais importantes foi falarmos das desigualdades estabelecidas entre a nossa região e Lisboa, que cada vez são mais acentuadas, e aí o Movimento já teve uma participação muito importante, pôs a nossa região, essencialmente o distrito de Bragança, com o visto de participação integral na riqueza total do país.-----

----- Aquilo que eu sei e que me foi transmitido, independentemente ser o PSD a propor a alteração da lei, para que se faça em lei, pois ainda não está em lei, terá que ser aprovada em lei, conseguiu-se através de vários sectores da nossa sociedade. O Movimento teve a amabilidade e a inteligência de falar com vários setores, para que essa proposta de lei fosse apresentada e fosse aprovada. Independentemente de ser um grupo ou ser outro, acho que é importantíssimo que esse apoio seja efetivo por parte de todas as autarquias

do distrito. Tem de ser um apoio direto de todos os grupos parlamentares, de todos os níveis políticos de todos os sectores políticos. Tem de ser um apoio constante para este Movimento e para as exigências que se vão passar a seguir.-----

----- O Movimento não se sente enganado pelo negócio, houve um revés no negócio, ele era para ser feito hoje e trocaram as voltas e foi feito ontem, porque havia uma ação para hoje em Lisboa. Não foi feita porque eles trocaram-nos as voltas, agora eu acho que é fundamental que se entenda o seguinte: o Movimento não se sente enganado pelo negócio, quem foi enganado pelo negócio foi a população Portuguesa, porque não foram cobrados os impostos que estão em lei, porque o imposto de selo está em lei. Deram a volta criando uma empresa autónoma e não há direito a reembolso do imposto de selo, dizem eles, mas não será tão certo como diz a EDP e como dizem os executantes deste negócio. Agora uma coisa é certa, este assunto passou para um patamar político e quando se passa para um patamar político há que dar passos certos, efetivos e muito repensados. Podemos pôr e devemos pôr em cheque alguns atos que foram praticados, mas temos de ter atenção às pessoas. No meio disto existem pessoas muito espertas. Soube ontem que efetivamente foi feita uma reunião de urgência por um grupo de pessoas que eu posso dizer que foi pelo Dr. Vitalino Canas, o Dr. José Maria Pires, o Dr. António Preto e o Dr. Rui Moreiras, são pessoas que estão ligadas à parte institucional e fiscalizadora, portanto, são advogados fiscalistas, principalmente este senhor o Dr. Vitalino Canas que tem um escritório de renome a nível nacional. Alguma coisa surgiu desta reunião, e hoje de manhã já tinha no meu email uma reunião para o próximo domingo com os membros do Movimento, o que eu quero dizer com isto é o seguinte: o Movimento não acabou nem vai parar, nem se sentiu enganado e quem foi enganado foi o próprio Estado. O Estado enganou o próprio Estado. Como Presidente da Assembleia, o apoio que o membro José Branco solicitou, esse apoio foi logo declarado desde a primeira reunião que se teve com o Município, e mais, foi vincado na reunião que houve com os dez Municípios há pouco tempo, assinaram a declaração para intervir junto do Governo. A Assembleia Municipal, está disponível para ajudar no que for necessário, mas aqui quem tem todas as estruturas para apoio será a Autarquia. No que toca ao louvor acho que é merecidíssimo, como já referi e como está patente em todas as notícias, este Movimento fez um trabalho de grande valor. Na última carta aberta pede-se que além de outras participações que o Estado, principalmente as Autarquias através das suas representações máximas, que são os senhores Presidentes de Câmara, que se deva apelar principalmente a intervenção do senhor Presidente da República porque é o órgão máximo, instituição máxima do nosso país de maneira que use a sua influência para garantir que este negócio não seja lesivo para o interesse público. Essa é uma das questões que têm que ser abordadas pelos Srs. Presidentes de Câmara e pela CIM que

também vai ter uma participação sobre o assunto.-----
----- Apelar ao senhor Presidente da Assembleia da República para que garanta o cumprimento da Lei de Orçamento de Estado, que ele está lá, mas é preciso vincar a lei, nomeadamente o seu artigo nº 58A, que foi o artigo aprovado em relação ao Código do Imposto Selo no negócio das barragens.-
----- E por último, apelar ao Senhor Primeiro Ministro para que, no uso da sua autoridade, dê as instruções necessárias ao senhor Ministro do Ambiente da Ação Climática para que tome as medidas suficientes para assegurar a cobrança de todos os impostos devidos, nomeadamente o imposto de selo.--
----- Isto é um pouco extemporâneo, mas tem que acontecer ainda, porque são direitos de toda a população portuguesa tem. Não se trata de um direito de Miranda ou Mogadouro, trata-se de um direito de toda a população. Esta é a minha opinião e aquilo que eu posso dizer sobre o assunto.”-----

----- **RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:**-----

-----“Queria acrescentar algumas das considerações que o senhor Presidente da Assembleia teceu e começo por vos dizer e recordar-vos que foi aqui nesta Assembleia Municipal no dia vinte de dezembro, vai fazer um ano, que os senhores aprovaram uma Moção, e no fundo transitou para aquilo que foi a proposta de lei.-----

----- Não foi só o Movimento que esteve desde a primeira hora, foram também os senhores e as senhoras que estão aqui que iniciaram juntamente connosco. Faço aqui um *refresh*, quando no final de novembro de dois mil e dezanove nós soubemos da venda através de Espanha, o Presidente da Câmara de Miranda do Douro, fez declarações para a imprensa e eu e ele pedimos uma reunião com a EDP que foi realizada logo no dia nove de dezembro de dois mil e dezanove, no qual aquilo que nós lhe pedimos à EDP, não só que queríamos saber do negócio, mas que ficassem salvaguardados os trabalhadores, o IMI, a compensação que eles tinham, os fundos, porque depois não era só Bemposta e Mogadouro, nem Picote e Miranda, também era o Baixo Sabor, nos quais nós também fazemos parte, e o Tua. E foi aqui nesta casa que depois dessa Moção, muito daquilo que está aqui escrito nessa Moção foi colhido e felizmente depois o Movimento ao qual nós aderimos dia nove de julho de dois mil e vinte. É evidente que tendo apoio jurídico fiscalista do Dr. José Maria Pires, é claro que aí sim, o Movimento juntamente com outras associações representativas, uma das quais do concelho de Mogadouro, que é a Maschocalheiro de Bemposta, começou a ter uma envolvimento maior. Ficou decidido quer Mogadouro quer Miranda do Douro dar todo o apoio que fosse necessário para o Movimento. Claro que o Movimento tem um problema, não tem personalidade jurídica e não tendo personalidade jurídica tudo aquilo que nós possamos vir a apoiar temos que trocar isto para algo que tenha a nível de lei juridicamente personalidade,

para que possamos apoiar o Movimento financeiramente. Enquanto isso não for possível nós estamos cá para ajudar e isso foi dito desde o início, aliás, quer eu quer o Presidente Artur desde o início estivemos sempre com eles, deixamos bem explícito que naquilo que houvesse necessidade de fazer, estaríamos sempre disponíveis, claro que eles desenvolveram um trabalho juntamente com os senhores Presidentes das Assembleias Municipais de Miranda e Mogadouro, e este é um processo que vemos agora com um retrair daquilo que eram as nossas perspetivas. Estamos a falar num negócio de 2.2 mil milhões de euros, que comportariam para a região e para o próprio Estado onde perdeu cerca de cento e dez milhões de euros, não estamos a falar de pouco dinheiro e não estávamos a crer que viessem os cento e dez milhões para nós, mas pelo menos que fosse para a região e a região fosse compensada e o país também. O país perdeu esta quantidade de dinheiro porque são impostos que as empresas não pagaram. Depois de sabermos esta questão toda, e o senhor Presidente já falou, nós temos vindo a fazer uma pressão enorme para o Governo nos receber, ainda não foi possível, nós na última reunião que tivemos com o Movimento e que estivemos todos juntos alargamos também aos oito concelhos que faltavam porque o Movimento, e bem, convidou a estarem presentes nessa reunião e daí sair aquele comunicado sobre a nossa preocupação com a venda. Nós sabíamos que a venda era efetivada hoje e contrariamente àquilo que o próprio Governo sabia, ontem foi fechada essa venda e posso-vos dizer que foi comunicado ao Município por email enviado pelas dezoito horas e seis minutos pela senhora administradora Joana Freitas, que desde o início nos tem acompanhado nas nossas reuniões. Ela esteve na reunião a nove de dezembro de dois mil de dezanove a dizer-nos que a venda do portefólio de seis aproveitamentos hidroelétricos tinha sido consumada ontem. Ontem não, hoje, mas referente ao dia de ontem, eu recebi esta comunicação ontem pelas dezoito horas e seis minutos, portanto, vemos aqui em parte perdido aquilo que o Movimento tinha conseguido juntamente com uma proposta de lei que foi aprovada que é o artigo 58.º-A, da Lei do Orçamento de Estado, que infelizmente acabamos por ver perdidos alguns dos muitos milhares de euros que o Estado acaba por perder com a venda das concessões sem pagamento de impostos, não era o Estado que nos ia dar o dinheiro, eram as empresas que compram que iam pagar esses impostos. Nós próprios quando compramos qualquer coisa pagamos imposto selo, somos obrigados a fazê-lo, mas estranhamente isto aconteceu. Aconteceu por várias pressões que nós fizemos, no Baixo Sabor desde o dia dezoito de novembro que está pedida uma reunião ao senhor Ministro do Ambiente, até hoje, posso-vos dizer que ontem chegou um email a dizer o seguinte: *“A reunião sobre a venda das barragens com o senhor Ministro. Encarrega-me o chefe de gabinete do Ministro do Ambiente de Ação Climática, Doutor Fernando de Carvalho, de agendar a reunião entre o senhor Ministro e os senhores Presidentes das*

Câmaras dos Municípios abrangentes pelas barragens da venda da EDP para o dia vinte e oito de dezembro, às nove horas e trinta minutos nas instalações da Câmara Municipal de Miranda do Douro". Depois de termos sabido isto, depois de termos aprovado na reunião na passada terça-feira, pois estivemos reunidos em Bragança e mandamos um pedido de reunião urgente ao senhor Primeiro Ministro, a CIM pediu uma reunião com carácter de urgência no sentido das contrapartidas financeiras para a região e a importância efetiva da aplicação do artigo 158.º-A na Lei do Orçamento de Estado de dois mil e vinte e um, mas infelizmente quer a EDP quer o consórcio liderado pela *Engie*, acabaram por consumir a venda. Certamente o país é que ficou prejudicado, mas a região em muito. Estamos a falar naquilo que são impostos diretos da venda, porque depois temos outros que felizmente estão vertidos no artigo 58.º-A da Lei do Orçamento do Estado deste artigo que já foi aprovado o projeto de lei que o PSD apresentou no parlamento, mas que em relação a esta questão do fundo e ainda por cima o senhor Ministro veio criar uma comissão já por despacho do mesmo dia de ontem, o chefe de gabinete enviou-nos a criação de um grupo de trabalho representado pelo Ministério das Finanças, um representante do Ministério da Modernização, um representante do Ministério do Ambiente, um representante da agência da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), um representante da Autoridade Tributária, um representante da Direção Geral das Autarquias Locais, e um representante de cada Município, isto já foi consumado. A verdade é que também nos sentimos lesados e nos sentimos tristes com esta situação. Existem sempre e fica aqui bem assente desde o início quer Mogadouro quer Miranda do Douro declarou ao Movimento todo o apoio que eles precisassem. Estamos a falar em apoio que fosse necessário dentro daquilo que é a legalidade, mas eles conseguiram ir até àquele ponto que o próprio projeto de lei do PSD ter sido aprovado, agora a verdade é que fomos um bocadinho "*traídos*". Traídos porque as nossas expectativas eram outras e neste momento não sei como é que as coisas se irão processar a partir daqui, sendo certo, que para além deste imposto de selo pelo menos algumas do fundo resultante do trespasse, irá ser criado um fundo, também vamos ter um valor correspondente ao IMI, que incidiria sobre os prédios que compõem as barragens e as construções anexas à construção. Recordo aqui que Mogadouro foi o único concelho que teve que repor IMI, como dizia o Dr. José Maria Pires, um acórdão que anulou o IMI da barragem de Bemposta, é vergonho, o relator certamente que fez este acórdão não percebeu nada do que fez ali. Quem ficou prejudicado foi o concelho de Mogadouro que não só repôs o IMI da barragem que era o único que tinha recebido e estamos a falar em duzentos e quarenta mil euros, como deixou de os receber, e aqui volta a ser reposta finalmente com este artigo 58.º-A, finalmente é reposta esta posição, seja o Estado, seja uma entidade privada. Ou seja, o próprio Estado vai ter de pagar IMI aos Municípios daquilo que é

propriedade destes empreendimentos hidroelétricos. Isto é, assim resumidamente, fazendo um resumo daquilo que efetivamente por muito que tenhamos tido boa vontade, fazendo esforço de um lado e fazendo esforço do outro, mas acabamos por ver agora esta venda consumada um dia antes do que estava previsto, e também apanhou certamente de surpresa o Governo”.

----- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

-----“Em relação ao apoio, como sabem o Movimento é um Movimento cívico automaticamente é apartidário e existem questões que nem vale a pena estar a falar. Esse apoio pode ser prestado através das associações que a inserem, no nosso caso temos a Maschocalheiro e podem existir outras situações para canalizar os apoios. Eu estou convencido que o assunto ainda vai ter um revés, nem que seja em lei, claro que as nossas leis nas instâncias superiores demoram muito a ser efetivadas para um lado ou para outro, mas estou convencido que este assunto ainda não fica por aqui, longe disso.-----

----- O que eu proponha, se me é permitido, e queria que o senhor Presidente ouvisse com muita atenção a Moção: *“No sentido agradecer todo o trabalho desenvolvido pelo Movimento Cultural da Terra de Miranda na defesa dos interesses das nossas populações. Referir ainda que a Assembleia Municipal de Mogadouro e a Câmara Municipal de Mogadouro deverão disponibilizar todo o apoio necessário à prossecução dos objetivos a que o Movimento se propõe, tendo em vista a defesa dos direitos dos concelhos incluídos no portefólio das seis centrais hídricas vendidas pela EDP – Energias de Portugal, S.A. do consórcio formado pela Engie, Crédit Agricole Assurances e Mirova- Grupo Natixis, no dia 17 de dezembro de 2020 em Lisboa.”*-----

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO BELMIRO JOAQUIM MENDES FERREIRA:-----

-----“Esta reunião que o Presidente falava terminou ontem pela uma da manhã com o Dr. Vitalino Canas, Dr. António Preto que também tinha estado durante a tarde assegurar o Dr. Rui Rio na situação da lei sobre o Novo Banco e o Dr. José Maria Pires, o Dr. Rui Pereira não esteve presente. Aquele senhor que foi Ministro da Administração Interna que pertence a Miranda do Douro e que habitualmente faz comentários na CMTV, é este senhor a quem se está a referir.-----

----- Hoje sai uma nota para a Comunicação Social onde vem dizer, e que o Dr. António Preto vem dizer que poderíamos vir a usar a chamada cláusula “*anti-abuso*”, portanto existe um veículo criado de propósito com intuito de lesar o Estado. A empresa, e aqui pensamos que o veículo será uma empresa chamada “*Águas Profundas*” que é criada a dezasseis de dezembro e o

negócio é apresentado dia dezanove de dezembro. Efetivamente todo o processo da venda já tinha sido tramitado. Eu seria adepto se assim mo permitissem e os fiscalistas são melhores que eu nesse entendimento e eu sempre fui adepto de que o concelho de Mogadouro e de Miranda do Douro deveriam fazer uma Assembleia Intermunicipal entre elas, os fiscalistas e os entendidos falavam da matéria para os dois concelhos ao mesmo tempo, sabendo que o sistema de votações não permitem este tipo de situações, Mogadouro quando tivesse que votar, votava Mogadouro isolado, e quando tivesse que votar, votava Miranda isolado. Eu continuo a achar que é importante, vindo o senhor Ministro, podemos dizer que ele pode não vir, mas segundo email do senhor Presidente ele deve vir a Miranda do Douro dia vinte e oito. Na nota enviada para a Comunicação Social ele diz que vêm representantes do Ministério A, B, C e D, esta é a grande questão, nós poderíamos chegar ali e os dois Municípios proporem a criação do fundo do Douro Internacional. O fundo do Douro Internacional, olhando-se que estas três barragens têm de produção energética 1,2 gigawatts, só este fundo pode dar os sete ou oito milhões. Se o fundo Baixo Sabor dá um milhão, e se repararem o fundo do Baixo Sabor não tem produção energética, tem pouca produção. Este fundo, vindo de barragens de grande potencial hídrico, tem muito dinheiro, se falarmos em 3%, há-de haver uma notícia da TSF que diz: *“no ano de dois mil e dezanove a EDP teve neste negócio cento e cinquenta e quatro milhões de lucro, que é taxável a IRC de 24,5%”*. Se nós formos ver estes cento e cinquenta e quatro milhões, cento e vinte milhões possivelmente são desta região. Se neste bolo formos tirar os 3%, são 3,6 milhões, o Presidente falou e bem, as Câmaras Municipais devem fazer a reavaliação dos imóveis, esse está consagrado na lei com o Dr. Adão. O Dr. Adão foi extremamente ético, o que prometeu em Picote cumpriu na íntegra, até por excesso, muito bem assegurado e essa é a grande questão. Eu acredito com toda a sinceridade que é preciso consultar documentos, ainda ontem assinamos duas procurações, existe uma quantidade de logística, agora o que acontece é o seguinte: da cláusula anti-abuso, a morosidade que é o nosso Estado se calhar nem daqui a dez ou quinze anos esta região verá o direito, eu com toda a sinceridade e estive com o Ministro Matos Fernandes e fiquei com uma opinião diferente.-----

----- Além do imposto de selo, lesam o imposto de selo o IRC, a DERRAMA, todos estes veículos, a *Engie* vem ao mercado Português e compra o passivo de cinco barragens por 2,2 milhões e Bemposta tem concessionada por mais trinta anos, na notícia do Diário de Trás-os-Montes, diz lá no mapa as concessões. Vamos imaginar que cada barragem custava vinte milhões, dois mil e duzentos milhões vamos dividir por cinco. A DERRAMA, o que o Estado vai pagar no planeamento fiscal em termos de imposto, portanto, a *Engie* vai diluir em termos de lucro nos anos em que tem concessão. Se as empresas não apresentarem lucro a DERRAMA pode

ser também um imposto que se perde.-----
----- Eu propunha dia vinte e sete que as duas assembleias Municipais se reunissem e tomassem uma deliberação sobre os fundos, e que toda a gente fosse ler em Comunicação Social o documento em conjunto para que no dia seguinte o Francisco e o Nunes chegassem e comunicassem que queriam o fundo do Douro Internacional, e neste fundo poderíamos estar a falar no mínimo em 3 milhões.”-----

----- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----

-----“ Queria fazer um acrescento ao que o membro Belmiro Ferreira acabou de dizer, do Baixo Sabor não recebemos um milhão, calma lá, não recebemos um milhão. O Baixo Sabor anda com problemas com a EDP porque foi alterada a fórmula inicial da DIA, em que nós tínhamos a perspectiva de receber seiscentos mil euros/ano, e com a alteração da fórmula e com a introdução do imposto sobre as barragens os Municípios teriam saldo negativo e teríamos que indemnizar a EDP, o último valor eram quase trinta e sete mil euros de saldo negativo. Tenho sempre essa preocupação, pois no dia sete de fevereiro de dois mil e vinte, numa reunião com a EDP e com a Engie no Porto, a resposta do Eng. Rui Teixeira, que atualmente é o presidente do conselho de administração, dizia assim: “*o consórcio comprou com as condições que aceitou, por isso qualquer alteração será feita com o mesmo*”, com a Engie e com os restantes parceiros.-----

----- Nós já temos um bocado do trabalho feito em relação ao fundo do Baixo Sabor, mas os fundos estão aqui especificados, onde é criado o fundo neste artigo 58.º-A. É criado o fundo resultante do trespasse da concessão das barragens de Miranda do Douro, Picote, Bemposta, Baixo Sabor, Feiticeiro e Foz Tua.-----

----- Eu não vejo inconveniente em que se façam as Assembleias conjuntas, não é fácil conseguir realizar uma Assembleia conjunta, aliás, fruto desta situação que estamos a viver. Mesmo assim se repararem este local é grande e mesmo assim ainda estamos um bocadinho juntos em alguns casos. Não vejo inconveniente, mas queria-vos dizer que depois fizemos uma reunião no dia treze de fevereiro com o consórcio que comprou as barragens em causa, sendo que o administrador em Portugal é português é o Dr. Paulo Almirante. Reuniu connosco no Felgar, para acertarmos entre outras coisas a questão da fórmula, porque nós não temos de pagar, ou seja, a barragem produz, à noite bombeia para cima com a energia que tem a mais, os custos são imputados aos Municípios, isto não cabe na cabeça de ninguém, por isso é que nós queremos que na fórmula exista um mínimo, se der mais dá mais, se der menos dá menos, temos é que ter os seiscentos mil garantidos, isso é que é importante. Nesse mesmo dia, depois de reunirmos do Baixo Sabor eu

tinha solicitado uma reunião com o consórcio para falarmos do Douro, da barragem de Bemposta. Eles aceitaram e fiquei eu, o vereador Evaristo, e aí voltamos à carga com aquilo que era Bemposta, com aquilo que tínhamos a necessidade de querer, queríamos perceber se eles vinham para a região com ideias de apoiar a região e tudo isso foi bem vincado com o Dr. Paulo Almirante e ele mostrou-se recetivo e disseram-nos que já estavam no país há muitos anos, como tal, não era a primeira vez que vinham fazer negócios em Portugal porque já estavam cá há quase quarenta anos, e por isso percebem a nossa situação e que estão aqui para ajudar a região. É evidente que quem nos prejudicou foi a venda antecipada. O fundo do Baixo Sabor também está a ser objeto de uma alteração, esse fundo já existe na DIA que fez a concessão do Baixo Sabor, que é composto por duas barragens, porque efetivamente a EDP, fruto de um trabalho que fizeram certamente com o Ministério alterou-nos à última da hora essa famosa fórmula. Nós tínhamos a perspetiva que a produção nos iria dar cerca de seiscentos mil euros/ano e no final tínhamos que pagar. Certamente o senhor Ministro vai vir, pois não é pessoa de fugir, nós conhecemo-lo muito bem, já por várias vezes fizemos reuniões com ele, não vejo até que ponto não se poderia pedir uma reunião com ele alargada ao Movimento e aos Presidentes de Assembleias.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

----- “O grande problema das Assembleias conjuntas é a situação pandémica que estamos a viver. Não tem capacidade para todos os elementos.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:**-----

-----“Anteontem reunimos o conselho regional da Comissão de Coordenação do Norte e estávamos cerca de cem pessoas por videoconferência, poucos estiveram presencialmente. Eu não poderia ir presencialmente, porque tinha reunião com a Comissão Distrital da Proteção Civil, deu tempo para fechar uma e começar a outra.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

----- “Eu acho que nesta altura para solicitar e fazer força em relação àquilo que se pretende não vale a pena muita gente. O essencial é estarem as instituições presentes, as autarquias envolvidas, principalmente estas seis envolvidas no negócio e porventura algum elemento do Movimento.-----

----- Em relação à Moção propúnhamos a votação só no fim das explicações do senhor Presidente da Câmara.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-** Leitura da Moção apresentada:-----

-----“*No sentido agradecer todo o trabalho desenvolvido pelo Movimento Cultural da Terra de Miranda na defesa dos interesses das nossas populações.*

Referir ainda que a Assembleia Municipal de Mogadouro e a Câmara Municipal de Mogadouro deverão disponibilizar todo o apoio necessário à prossecução dos objetivos a que o Movimento se propõe, tendo em vista a defesa dos direitos dos concelhos incluídos no portefólio das seis centrais hídricas vendidas pela EDP – Energias de Portugal, S.A. do consórcio formado pela Engie, Crédit Agricole Assurances e Mirova- Grupo Natixis, no dia 17 de dezembro de 2020 em Lisboa.-----

----- Analisada a Moção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a mesma.”-----

----- **RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----**

-----“ Foi levantada aqui uma questão com bastante interesse da deputada Eng. Maria Teresa Vilariça sobre a reflexão que fez e é importante num momento tão débil como aquele em que estamos. Não tenho um levantamento daquilo que são os problemas económicos do concelho, sabemos que efetivamente muitas das empresas, e quando se fala em empresas, não é só empresas, mas também individualmente se apoiam e estão os empresários agrícolas englobados também nesse apoio, naquilo que são os apoios do Município. Nós chamamos às microempresas, mas também estão lá os empresários em nome individual. Estamos a falar na perca de rendimento de quem está coletado, só podemos apoiar quem está coletado, passa os seus recibos, emite as suas faturas e faz o seu movimento. Eu queria-lhe dizer o seguinte: existe de facto uma perca de rendimentos e nós notamos isso agora neste último apoio que embora fosse em curto espaço de tempo não podemos prolongá-lo para o ano civil seguinte é de acordo com a lei, não o podemos fazer e por isso tínhamos este curto espaço de tempo para determinar até ao final do ano o apoio e distribuir o dinheiro a fundo perdido que tinham direito e nota-se que efetivamente algumas empresas perderam rendimentos. Podemos tirar dali alguma conclusão e fazer um pequeno estudo daquilo que foram as empresas que recorreram a este fundo. Mas queria dizer o seguinte: levantou a questão do apoio técnico do Município, eu respondi isso há poucos dias. Dia vinte e cinco de novembro eram as dezasseis e trinta e tivemos uma reunião com a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral dos nove concelhos sendo que só oito estão dentro desta Expansão. O nono é Mogadouro e não está

nem esteve na linha da frente e deveria estar, e eu tive oportunidade não só porque estava presente a senhora Secretária de Estado da Justiça, o senhor Secretário de Estado da Conservação das Florestas e da Administração do Território e a senhora diretora Geral do Território, entre outros, e foi muito positiva esta reunião no sentido de eu poder depois de todos terem falado, eu falar do nosso concelho e da forma como discordo e continuarei a discordar, porque Mogadouro não foi englobado neste apoio comunitário, embora tenha cadastro mas tem atualizações que custam muito dinheiro a qualquer um de nós que é proprietário de terrenos. Sempre que pedimos uma atualização ou cadastro, temos de pagar, para além disso sempre que vamos à conservatória ou ao notário a pedir uma certidão temos que pagar, e com este sistema de informação cadastral que foi criado para os oito concelhos que não têm cadastro, neste caso da CIM- TTM, não pagam nada é tudo a custo zero, estão isentos em tudo e nós continuamos a ser os bombos da festa. Eu aproveitei a oportunidade, porque é ali que se aproveita, e a senhora Secretária de Estado da Justiça percebeu, porque já tinha estado com ela há pouco tempo, presencialmente numa reunião por causa das instalações do ministério e ela percebeu que quando eu iria falar seria para falar também nesta questão de não só podermos beneficiar de isenções como nos outros concelhos, mas também por uma atualização que não foi vertida neste apoio comunitário. Desde o início e quando saiu, fiz a reclamação na CIM-TTM, porque foi através da CIM-TTM que esta candidatura foi orientada. Eu disse que efetivamente as despesas são cerca de duzentos euros de atualização por cada prédio no cadastro. Acabei por dizer como poderíamos ter o mesmo valor num prédio de 100m² em Mogadouro e num prédio no Alentejo de 5000 hectares, não pode ser, e a senhora Secretária de Estado disse que eu tinha razão, eu não precisava que ela me dissesse, nós sabemos muito bem o nosso concelho tem 760km², é muito fracionado e não podemos colocá-lo no mesmo patamar com um concelho com um cadastro no Alentejo. Eu sei que eles tomaram nota, a senhora Diretora do Território compreendeu o problema do que eu lhe estava a colocar, também me adiantou que no cadastro de Mogadouro em 2021 estaria concluída a sua vectorização e que a partir de 2021 todas as atualizações de pedidos no cadastro deixariam de ser submetidas presencialmente, mas sim através do BUPi que é o balcão único do prédio. E aqui vamos ter de ser nós a ajudar os proprietários, qualquer um de nós não é especialista em informática e qualquer um de nós vai ter dificuldade em introduzir qualquer que seja o pedido, mais, tem de ser acompanhado de um levantamento topográfico. Quer dizer, deixamos de pagar aqueles duzentos euros mas vamos ter de pagar seiscentos euros a um técnico para nos fazer um levantamento do prédio. Acabei por dizer à senhora Diretora que gostei de ouvir dizer que até final de 2021 o concelho de Mogadouro estaria todo vetorizado, mas existe aqui uma situação, afinal continuamos a pagar. Pensem e repensem nisto, nestes milhões que vão vir

agora, porque não alterar este aviso de apoio no futuro, no sentido do concelho com cadastro poderem vir fazer a atualização, porque os técnicos que são criados, o equipamento que é comprado para estes concelhos, todos que fazem parte deste sistema de informação cadastral, que são oito, nós também podemos ter o mesmo. Não se vão só contratar técnicos, mas também equipamentos, viaturas para deslocação ao terreno e isto, compreendam, qualquer pessoa pode fazer. A ser implementado vai dar confusão e já começou a dar confusão porque basta que a senhora leve um GPS consigo, faz o levantamento do prédio, vai às finanças e regista, vai à conservatória regista e depois se calhar meteu o prédio que era meu, e eu quando me aperceber já não consigo registar o meu prédio. Por isso não é um problema assim tão simples, essa situação vai ter de ser repensada no próximo ano, não só na criação do gabinete de apoio, mas com técnicos da área específica, porque de outra forma as próprias associações vão-se debater com estes problemas para poderem ajudar os proprietários. O concelho é essencialmente agrícola temos que olhar de forma a que possamos continuar a desenvolver cada vez mais o nosso concelho, não é fácil, também fruto desta grave crise económica que estamos a sofrer, mas o mais importante que a senhora disse é efetivamente fazer uma reflexão de todos e todos contribuímos para podermos aqui implementar alguma coisa, independentemente de ser o Zé, o Francisco ou o Manel que estão à frente de um Município, criarmos um grupo de trabalho para que isso possa ser implementado. Deixo aqui esse pedido à Assembleia Municipal, no sentido de implementarmos no Município essa questão num momento tão grave como este que estamos a passar.-----

----- Depois frisou o senhor deputado José Branco uma questão que eu agora acabei de perguntar, porque é evidente que depois de passar para os técnicos eu não tinha mais informação. O Eng. Abel disse-me que o Eng. da empresa fez o levantamento e ficou de vir no início do ano, senão temos que mexer nas cauções, porque a empresa tem as cauções e teremos que mexer e de uma vez por todas repor esta situação. Mas a informação que eu tenho aqui é que é em relação à SINALARTE. Em questão à sinalização e mesmo aquele que caiu, ficou lá de propósito, o vento partiu e ficou de propósito para que eles vissem como o próprio alumínio tinha partido no apoio, foi só retirado para o lado, foi lá o nosso Coordenador Municipal da Proteção Civil e retiraram, mas deixaram-no para que a empresa quando viesse o visse, vieram na semana seguinte para ver isso.-----

----- Em relação aquela questão das Águas, eu depois se não se importar, senhor Presidente, passaria a palavra ao Vice-Presidente por causa de lhe prestar aqui alguns esclarecimentos que aqui falou.-----

----- Respondendo mais uma coisa, em relação à abertura dos documentos eles devem estar zipados, penso eu, pois é uma pasta grande e devem estar zipados, portanto no computador deve ter um programa para abrir a pasta.--



----- O Dr. Paulo Praça tinha sido estabelecido que estaria aqui hoje connosco, mas nós tínhamos agendado conselho de administração, do qual eu faço parte, da Resíduos do Nordeste para hoje às 10 horas da manhã e por essa razão os outros dois Presidentes estavam presentes e eles não adiaram a reunião e eu não estive presente e ele não conseguiu vir cá, pois temos que aprovar até ao final do ano e ainda temos que fazer a Assembleia, ficará para a próxima e vamos tentar conciliar de maneira que ele possa vir aqui e que faça um ponto de situação sobre aquilo que é a situação das águas que referiu.-----

----- Em relação à vacinação não tenho conhecimento desse Presidente de Junta, podia ter falado comigo, porque os outros Presidentes de Junta foram contactados por veterinários particulares e por isso, claro que o Dr. Godinho só faz o trabalho técnico, ainda esta semana esteve em Paradela para legalizarem uma queijaria, salvo erro, e nessas situações e pareceres tudo bem, mas na vacinação não. Podiam-me ter feito chegar o assunto e quando for assim os senhores Presidentes de Junta não tenham problema nenhum em fazer-me chegar e dar a conhecer esse problema para a Câmara tentar resolver.”-----

----- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

-----“Em relação às águas e à presença do Dr. Paulo Praça, nós optamos e eu falei disso na conferência de líderes, não sei se o professor Ilídio se recorda, e como os assuntos eram demasiados, iríamos solicitar a presença deste senhor para a próxima Assembleia Municipal, no sentido de nos esclarecer.”-

----- RESPOSTA DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, EVARISTO ANTÓNIO NEVES:-----

-----“Relativamente à questão levantada pelo senhor deputado José Branco sobre o contador de água do bairro social, suposto contador, já tinha sido abordado na Assembleia anterior. A Assembleia foi numa sexta-feira e eu nessa sexta-feira durante a tarde liguei ao Eng. José Pinto, chefe de divisão de águas, saneamento e ambiente, a questionar sobre essa questão, sobre a eventualidade de ocorrer corte de água. Fui alertado para analisarmos o assunto segunda-feira e analisarmos o contrato, tem de se ver as peças do procedimento, pode o dono da obra ser obrigado a fornecer a água, como acontece noutras obras. Segunda ou terça-feira da semana seguinte voltei a falar com ele e ele voltou-me a alertar que era melhor falar com o chefe das obras municipais eventualmente com a jurista da Câmara para saber alguma coisa sobre o assunto, porque normalmente o dono da obra é obrigado a fornecer a água para realizar a obra. Falei com a Dr. Maria José e com o Eng. Abel analisamos o contrato, analisamos as peças do procedimento, tenho

aqui cópia do contrato, e não está nada escrito, isto é omissis. Portanto, sendo omissis e sendo a informação obtida pelo Eng. Abel em todas as obras públicas da Câmara, a Câmara sempre forneceu água eu pedi-lhe que fizesse uma informação, para que não fosse de boca. Se me permitem eu passo a ler essa informação que deve ficar em ata, “o Projeto de Requalificação das Habitações do Ex Bairro Fundo de Fomento/Arranjo Urbanístico de Espaço Envolvente do Antigo Bairro Fundo Fomento, as peças do procedimento e respetivo contrato de empreitada identificada em epígrafe, são omissas quanto à colocação de contador de água em obra, incluindo a obrigatoriedade da sua requisição à Entidade Gestora (entenda-se Câmara Municipal de Mogadouro). A presente questão, nunca se nos pôs, porquanto e, efetuada uma consulta a vários Cadernos de Encargos de Empreitadas (concuradas ao longo de vários anos, a esta parte) cujo dono de obra era/é o Município de Mogadouro, verificou-se que: nenhum dos Cadernos de Encargos previa tal obrigatoriedade de requisição e/ou colocação de contador de água”.-----

----- Entenda-se que o dono da obra tem de fornecer a água. Não sou eu que o digo, são os juristas da Câmara e os chefes de divisão.-----

----- Em relação à qualidade da água e efetivamente é público que infelizmente mais uma vez no outono voltamos a ter problemas na água, mas também há uma coisa que é verdade, quando se diz , não fomos nós que o dissemos e muito menos eu, quando se diz que nada foi feito, meus amigos, peço desculpa, mas só pode ser alguém que não conhece o concelho. Nem neste, nem no anterior executivo, ninguém pode dizer isso. Todos os executivos que por aqui passaram dos vários quadrantes políticos, todos eles têm investido neste setor. Uns mais direcionados para a bruta outros mais direcionados para a água em alta, outros direcionados para a água em baixa, eu recorro que nós temos vários investimentos na baixa, o anterior executivo investiu mais na alta, muito bem é de louvar, agora não se pode dizer que nada foi feito, além de ser mentira desconhece o concelho. Foi dito aqui ainda há pouco tempo há alguns minutos, alguns investimentos foram feitos pelo anterior executivo, e muito bem, mas existe um que não foi feito e não devemos querer o mérito dos outros, é que o reservatório do Penedo já foi feito por nós em 2014. Volto a referir, todos os executivos têm trabalhado nesta área e também vos quero dizer o seguinte: está a decorrer neste momento, estamos a fazer o aproveitamento da água da “Maneta” em Zava, que era uma captação que dá muita água e há mais de vinte anos que estava desaproveitada, não é uma crítica a ninguém. Nós estamos a levá-la para o reservatório do Penedo, construído em 2014, que nos vai permitir regar os três jardins centrais, Duarte Pacheco, Trindade Coelho e o da igreja Matriz sem água tratada, o que significa que além de pouparmos muitos m³ em água tratada, significa que existe um custo muito grande nos produtos, há um aliviar na pressão no tratamento da ETA de Bastelos. Este aproveitamento



gera benefício, gera proveito, gera poupança e gera otimização no tratamento da água, porque efetivamente a água de Bastelos e eu tenho consciência, penso que a maior parte das pessoas que aqui estão também têm consciência é uma ETA que já está um bocadinho obsoleta, é uma ETA que precisa de ser ampliada e precisa de ser adaptada a novos tratamentos. A fonte de captação que é a barragem de Bastelos tem ao longo dos últimos doze ou treze anos, tem vindo a revelar alguns problemas, quando a ETA foi construída não foi preparada para estes problemas e aquilo que tem sido feito neste e no anterior executivo é que tem pontualmente e fruto dos problemas que vão surgindo, vão-se resolvendo, foi assim com o manganês no anterior Executivo e muito bem. Agora recentemente com o hipoclorídrico que tivemos que construir o armazém que eu já referi, a ETA já não dá resposta ou já não dá resposta a todos os problemas que vão surgindo. É uma necessidade por isso também está inscrita no plano para o próximo ano a remodelar e ampliar a ETA de Bastelos, e mais, adapta-la aos novos problemas que vão surgindo.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:** -----

-----“Eu propus um voto de louvor ao Movimento Cultural Terra de Miranda que não foi votado.-----

----- Outra situação, queria falar sobre as mensagens que temos recebido, dos emails sobre a questão do Covid_19, a mim tocou-me nesta semana e quando vi Valverde com cinco casos, é a freguesia da minha esposa, e fiquei preocupado de um dia para o outro existirem cinco casos. Felizmente eu consegui contactar alguém e isso é mentira, infelizmente existe um caso, eu gostaria que confirmasse se existe ou não casos em Valverde. Chocamos quando sai uma notícia de uma localidade que seja nossa, que apareçam casos na comunicação social e o mais engraçado é como eles sabem os nomes das pessoas e o Presidente da Câmara não sabe, penso que não recebe o nome das pessoas só recebe a localidade. Mas agradecia que confirmasse se efetivamente os cinco casos que aparecem em Valverde são de Figueira, penso que é essa a situação.”-----

----- **RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:**-----

-----“Eu recebo o boletim diário como recebem os meus colegas dos doze concelhos que fazem parte do distrito. Segunda-feira, ao receber este boletim estranhamente vinha Valverde. Enviei às dezasseis horas e quarenta e oito minutos a seguinte mensagem à Dr. Elisa Dias: “Boa tarde Dr. Elisa, recebi o boletim de hoje e aparece Valverde referenciado com cinco casos, conseguirá saber junto de quem faz o boletim se está correto? Obrigado”, ela só por volta das sete da noite é que conseguiu saber que era União de

Freguesias, eu disse-lhe que não, se é União de Freguesias também está mal, referiam-se a casos de Figueira não tem nada com Valverde.-----
----- A anterior técnica de saúde pública que nos fazia os boletins, diziamos todas as localidades mesmo tendo um caso, chegou altura de fazer os boletins e esta não faz esta referência, tivemos mais sessenta e quatro casos e não diz mais nada.”-----

----- INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, EVARISTO ANTÓNIO NEVES:-----

-----“ Quero dizer o seguinte, a avaria que ocorreu na semana passada na ETA, não foi na ETA, essa informação é incorreta. Está aqui uma pessoa que o pode comprovar que é o senhor José António Patrão. A avaria foi no PT que abastece a ETA, que alimenta a ETA, e, portanto, é uma avaria da EDP, foi sábado às oito da manhã e a ELETRO PATRÃO deslocou para lá os seus colaboradores, os colaboradores da Câmara já lá estavam. O sector das águas é um bocadinho complicado, muitas pessoas pensam que está tudo bem, eles estão a trabalhar, e, portanto, estiveram lá os colaboradores da Câmara e do ELETRO PATRÃO e resolveram o problema. A avaria não foi na ETA a avaria foi elétrica. Já agora queria aproveitar porque nunca é demais dizê-lo, eu queria deixar um agradecimento público aos colaboradores da divisão de águas, saneamento e ambiente, porque, repito o que disse há pouco, quando a maior parte de nós estamos em casa sossegados e é abrir a torneira e a água corre, eles estão a trabalhar, e muito eles fazem com pouca capacidade de material, como referi da ETA, material já um pouco obsoleto e eles conseguem fazer um bom trabalho. Deixo o meu reconhecimento para que fique em ata.”-----

----- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

----- “Em relação ao voto de louvor ao Movimento Cultural Terra de Miranda por todo o trabalho desenvolvido na defesa dos interesses dos cidadãos do nosso concelho. Vai de encontro à Moção mas podemos separá-los, não vejo incompatibilidade.-----
----- Vamos propor o Voto de louvor para Aprovação.-----
----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar um Voto de Louvor, por todo o trabalho desenvolvido na defesa dos interesses dos cidadãos do nosso concelho.”-----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

----- 2.1 APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO (AL. C) DO N.º 2 DO

ARTIGO 25.º E N.º 4 DO ARTIGO 35.º, ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO – PARA APRECIACÃO: - Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia apreciou e tomou conhecimento das atividades que constavam nas agendas de trabalho do senhor Presidente da Câmara, Francisco Guimarães e dos senhores vereadores em regime de permanência a tempo inteiro, Evaristo Neves, Joana da Silva e Virgínia Vieira, no período compreendido entre a última sessão ordinária e esta. -----

----- Quanto à situação financeira do município de Mogadouro, à data de quatro de dezembro de dois mil e vinte, era a seguinte:-----

“Dívida em 03/12/2020 -----

- A fornecedores	94.764,24€ -----
- A empreiteiros	0,00€ -----
- Empréstimos em dívida	519.916,86€ -----
- Leasings	0,00€ -----
- Encargos para o presente ano	52.666,18€ -----
- Saldo em 03/12/2020 -----	
- Orçamental	5.194.931,22€ -----
- Operações de tesouraria	554.582,61€ -----
- Em documentos	48.449,73€ -----
- Fundos comunitários a receber	234.786,66€.” -----

----- A Assembleia tomou ainda conhecimento do Relatório de Litígios Pendentes do Município de Mogadouro, remetido pela Sociedade de advogados, Abecassis, Azoia, Moura Marques & Associados, com sede em Lisboa, conforme refere o n.º 4 do artigo 35.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- 2.2 GABINETE DO PRESIDENTE - ACORDO DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO N.º25/2012 DE CONCESSÃO DO USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA A CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NA VILA DE MOGADOURO – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: - Começou por usar a palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----

-----“Finalmente trazemos para aprovação da Assembleia a revogação do contrato que existia desde dois mil e doze da concessão do uso privativo do domínio público de construção/ampliação e concessão de exploração da rede de distribuição de gás na vila de Mogadouro.-----

----- Aproveitava e falava sobre o ponto 2.3, que é o novo contrato de cedência a celebrar entre o Município e a SONORGÁS-SOCIEDADE DE GÁS DO NORTE, S.A, isto prende-se efetivamente e finalmente com aquele problema que tínhamos com a rede de gás natural, propriedade do Município que estava concessionada à DOUROGÁS e que por sua vez com uma licença

para exploração de rede que o Estado Português emitiu à SONORGÁS em quatro de setembro de dois mil e quinze, tinha obrigatoriedade de construção da rede de gás para Mogadouro. Neste caso naqueles pontos onde já existia a rede propriedade do Município, mas concessionada a uma sociedade DOUROGÁS, S.A, houve esta necessidade de conseguirmos concluir este trabalho para poderem em Mogadouro todos os Municípios terem acesso não só ao gás natural que é substancialmente cerca de 40% mais barato, mas também o próprio Município de Mogadouro que é o maior cliente até ao momento do gás propano que corre nessa rede concessionada. Estamos a falar, para terem uma ideia, este ano não porque é um ano atípico mas algumas instalações estiveram fechadas, mas o consumo estimado anual, tivemos como referência de dois mil e dezanove, duzentos e quarenta e um mil euros que o Município pagava, portanto, com a introdução da rede de gás natural prevê-se que o Município venha a pagar anualmente tendo as instalações todas a funcionar e faço aqui uma ressalva já que as piscinas cobertas também estão a ser objeto de remodelação e na eficiência energética certamente irão reduzir os custos mas tendo as piscinas a funcionar conforme estavam há data, iríamos pagar cerca de cento e quarenta mil euros, iríamos ter aqui uma poupança substancial de cerca de cem mil euros/ano naquilo que é o consumo do gás propano para o gás natural. Mas como estávamos com este problema de ela estar concessionada até seis de agosto de dois mil e vinte e quatro, depois de várias reuniões no Ministério do Ambiente e Energia, porque é o mesmo Ministério, conseguimos finalmente chegar a um acordo, houve uma negociação daquilo que era o valor de comparticipação pela concessão desta rede que o Município tinha é com a DOUROGÁS e que anualmente a concessão era paga por essa empresa ao Município num valor de dezasseis mil e setecentos euros. Conseguimos também meter um acréscimo daquilo que é o 2.3, logo a seguir o contrato de cedência, estamos a falar num valor substancialmente mais alto no decurso daquilo que é o contrato que se propõe que os senhores aprovem que é para o valor de vinte e sete mil e quinhentos euros, nós andamos aqui numa negociação que não foi fácil, mas que chegamos a um acordo. A cláusula terceira, está aí os vinte e sete mil e quinhentos euros existe aqui um acréscimo substancial daquilo que anualmente era comparticipado para o Município nesta rede e assim ficamos não só a ganhar mais onze mil e cinquenta euros anualmente com a redução a nível de custos no consumo. Esta concessão que é o 2.3, a revogação do 2.2 é de mútuo acordo, a concessão do 2.3 é enquanto vigora esta licença de exploração de rede que a SONORGÁS tem concedida pelo Estado Português que termina em quatro de setembro de dois mil e trinta. Se, entretanto, esta licença for renovada de acordo com o protocolo e o contrato que está para aprovação no 2.3 poder-se-á manter e aí quem estiver terá que renegociar certamente o valor que está em causa, mas este, substancialmente, conseguimos aqui durante estes anos um acréscimo não só do valor de

comparticipação como a redução dos custos com o gás natural. Assim também podemos, a quem não tem neste momento essa possibilidade, de poderem fazer o contrato de instalação do gás natural o mais rápido possível aproveitando também o benefício que é em relação aos custos com a instalação de rede dentro do próprio edifício que é gratuito até trinta m² e até trinta metros lineares e até três bicos de injeção, são três aparelhos , esquentador, fogão, enfim, eles substituem gratuitamente esses bicos e por isso temos todos a ganhar e todos nós somos Municipais e como tal aproveitamos principalmente as zonas que estão servidas pelo gás propano mas que não podem ter o gás natural enquanto não houver este acordo aprovado de revogação por vós e o novo contrato de concessão.-----

----- *Após a sua apreciação e, atendendo o disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o presente **ACORDO DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO N.º 25/2012 DE CONCESSÃO DO USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA A CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NA VILA DE MOGADOURO.***-----

----- **2.3 GABINETE DO PRESIDENTE - CONTRATO DE CEDÊNCIA (USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO) A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MOGADOURO E A SONORGÁS-SOCIEDADE DE GÁS DO NORTE, S.A. – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO :** - *“Após a sua apreciação e, atendendo o disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o presente **CONTRATO DE CEDÊNCIA (USO PRIVATIVO DO DOMÍNIO PÚBLICO) A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE MOGADOURO E A SONORGÁS-SOCIEDADE DE GÁS DO NORTE, S.A.***-----

----- **2.4 GABINETE DO VICE-PRESIDENTE - ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE MOGADOURO – PARA DELIBERAÇÃO:** - Começou por usar a palavra o senhor Vice-Presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----
-----*“Antes de dar uma explicação, uma síntese obviamente da Estratégia Local de Habitação, gostaria de ler o significado do “1.ºDireito”. O que é o “1.ºDireito”? “O “1.ºDireito” é um programa de apoio que permite o acesso à Habitação, visa apoiar a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.*-----

----- A Estratégia Local de Habitação (ELH), que deriva diretamente do programa do 1.ºDireito, permite o acesso ao financiamento por este programa e afigura-se como um instrumento de planeamento de iniciativa municipal, que define a estratégia local de intervenção em matéria de política de habitação, articulada com outras políticas setoriais, nomeadamente as políticas urbanas e sociais. Em outubro de dois mil e dezanove o Município de Mogadouro iniciou o desenvolvimento da sua Estratégia Local de Habitação, em parceria com a Sociedade Portuguesa de Inovação, e em processo sempre concertado com o Instituto de Habitação e Requalificação Urbana. Enquanto promotor da Estratégia Local de Habitação, o Município assume um papel central na definição da política local habitacional, aproveitando a sua relação de proximidade com a população e o seu conhecimento do território. A Estratégia Local de Habitação assenta no diagnóstico das carências habitacionais presentes no concelho, tendo sido efetuado um levantamento pelo Município e parceiros envolvidos destas situações, que permitiu identificar situações de pessoas e agregados que vivem em situações de carência económica em dezasseis das vinte e uma freguesias/ união de freguesias do concelho. Este levantamento identificou um total de setenta agregados familiares, que para as quais é necessário dar uma resposta habitacional condigna e adaptada às suas necessidades. A Estratégia Local de Habitação define metas e objetivos a atingir no período da sua vigência, que se deverá estender até dois mil e vinte e seis. Adotou a seguinte designação e visão de futuro: “Sentir Mogadouro”. Num território regenerado a atrativo, emerge uma oferta habitacional qualificada e diversificada nas respostas às necessidades da sua população. Desta visão, emergem cinco eixos estratégicos complementares entre si, e que vão estruturar o conjunto de medidas através das quais se pretende dar uma resposta integrada às distintas necessidades habitacionais supraidentificadas.-----

----- O 1.ºEixo, que se designa: *Mogadouro Apoia*, visa garantir uma oferta adequada de habitação social e fomentar a coesão e integração da população desfavorecida, nomeadamente a reabilitação do Bairro do Fundo de Fomento da habitação.-----

----- O 2.ºEixo, designado: *Mogadouro Cuida*, centrado na atuação do terceiro setor, visa promover uma oferta de habitação assistida para idosos e outras pessoas com alguma dependência.-----

----- O 3.ºEixo, designado: *Mogadouro Qualifica*, pretende apoiar os proprietários em situação de carência habitacional e económica na reabilitação das suas habitações.-----

----- O 4.ºEixo, designado: *Mogadouro Atrai*, estende a atuação à população em geral, em particular famílias com dificuldades habitacionais, mas não enquadráveis no programa “1.ºDireito”, contribuindo para a melhoria do ambiente urbano e a reabilitação do parque edificado.-----

----- Por último o 5.ºEixo, designado: *Mogadouro Divulga*, criar uma estrutura e os mecanismos necessários à implementação da Estratégia Local de Habitação de Mogadouro e à divulgação dos apoios à habitação.-----

----- O investimento total estimado para os seis anos de implementação da Estratégia Local de Habitação de Mogadouro é de cerca de 6 milhões e 750 mil euros, cabendo ao Município cerca de 3 milhões de euros de investimento(faço aqui um a parte, estes 3 milhões de euros serão mais ou menos os custos associados à reabilitação da Bairro Fundo de Fomento) e aos proprietários (beneficiários diretos do programa 1.ºDireito) o restante valor. Com a Estratégia Local de Habitação de Mogadouro, o Município passa a dispor de um importante documento estratégico que orienta e suporta a atuação no domínio da habitação no território concelhio. Com a aprovação da Estratégia Local de Habitação, será assinado um acordo com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Após esta data o Município possui noventa dias para notificar todos os agregados familiares identificados. Os proprietários destes agregados têm após a notificação cerca de dezoito meses para apresentar a sua candidatura com o apoio técnico da Câmara Municipal, nomeadamente elaboração do projeto de reabilitação e submissão da candidatura, na recolha dos documentos necessários e que o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana exige, toda a parte de backoffice o Município assegura. Em síntese é esta a Estratégia Local de Habitação de Mogadouro.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:**-----

-----“ Meus senhores não sei se repararam mas têm em mãos um documento muito importante para o nosso concelho, porque é a longo prazo. No Eixo 5.º-Mogadouro Divulga, faço a seguinte recomendação: deveria estar alguém a representar o interesse dos moradores, uma Comissão de Moradores ou alguém que os represente, caso venha a ser criado esse gabinete de divulgação, informação e apoio. É muito importante que as pessoas que vão usufruir deste contexto geral que estejam presentes na defesa dos seus interesses.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, EVARISTO ANTÓNIO NEVES:**-----

-----“Não existe Comissão de Moradores em Mogadouro, não vejo mal nenhum nessa recomendação e acho que era uma mais-valia. Nesse grupo de trabalho, nesse gabinete, e muito terá com as solicitações e esperemos que sejam muitas, não vejo inconveniente nenhum que esteja um membro da Assembleia que faça parte desse gabinete. Será um gabinete mais técnico, como referi, será um gabinete que dará apoio à submissão da candidatura, elaboração do projeto, recolha de informação, recolha de documentos e a

submissão, não vejo mal que um membro da Assembleia Municipal faça parte temporalmente.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:**-----

-----“Referente a este assunto, está aqui um caderno bonito, é de louvar, mas passado algum tempo este documento e já foi levado a reunião de Câmara no dia treze de Outubro de dois mil e dez/vinte, eu li as atas, onde foram apresentadas algumas questões pela vereadora Alexandra dirigidas ao senhor Presidente da Câmara sobre este documento, até hoje ainda não foram respondidas. Não sei se as respostas estão para breve ou não.-----

----- A Estratégia Local de Habitação decorre da criação do programa do Governo 1.ºDireito que visa criar o acesso à habitação para as pessoas que não dispõem da capacidade financeira para suportar custos de acesso a uma habitação condigna como disse o senhor Vice-Presidente na apresentação.--

----- Para aceder a estes programas o Município deve elaborar um relatório que transcreve as necessidades habitacionais dos Municípios.-----

----- O documento que está para aprovação na Assembleia teve um custo de quinze mil e seiscentos euros, Sociedade Portuguesa de Inovação, este papel custou quinze mil e seiscentos euros está na base.gov de sete de outubro de dois mil e dezanove. Nela, em Mogadouro foram sinalizados além dos treze agregados realojados no bairro, sendo que catorze não possuíam habitação, um vai ser destinado a violência doméstica e as outras quatro situações?-----

----- Agora deixo aqui uma pergunta. Efetuado este levantamento gostaríamos que nos informasse quem são os catorze agregados familiares que não possuem casa, isto porque não existem barracas em Mogadouro nem sequer alojamentos temporários, tipo tendas. De acordo com o referido documento, existem seiscentos e setenta e um alojamentos vagos no concelho, não seria de canalizar a verba que possibilita a reabilitação deste enorme parque habitacional? Onde estão os verdadeiros políticos da habitação e reabilitação urbana em Mogadouro? Onde está o apoio concreto ou particular que pretendemos reabilitar? Eu também tive conhecimento da última reunião, e penso que existem dois casos caricatos no concelho de Mogadouro, um em Brunhoso outro em São Martinho, duas pessoas que estão a viver nos balneários do campo de futebol, não sei se já tomaram alguma iniciativa.-----

----- Pela leitura das atas da reunião do Executivo que o senhor preside, ainda não respondeu aos vereadores da Coligação sobre quais foram os novos investimentos que foram feitos no Município no âmbito do PARU – Plano de Ação de Reabilitação Urbana, isto porque além do bairro não descobrimos mais nenhum que tenha sido feito. Se a situação da vila de Mogadouro está completada pelas obras do bairro, como pretende a Câmara

solucionar o problema na habitação nas aldeias, isto porque no documento refere que no concelho existem trinta e oito agregados com carências habitacionais. Vai fazer bairros? Adquirir casas? Como vai proceder para realojar estas pessoas?-----

----- A criação do ARU, Área de Reabilitação Urbana, que frutos é que deu? Que benefícios concretos para o Município para a implementação desta área? No documento refere que foram apresentados cinco formulários, qual o grau de apoio para esses pedidos, ou a Câmara limitou-se a passar certidões de localização?-----

----- RESPOSTA DO VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, EVARISTO ANTÓNIO NEVES:-----

-----“Em relação à questão colocada, do custo deste papel bonito, custou quinze mil e seiscentos euros mais IVA é verdade, mas também é verdade que foi financiado a 100% pelo IHRU, a Câmara gastou zero.-----

----- Em relação às questões que levantou para saber quem eram os agregados familiares, como deve calcular são questões técnicas, obrigam a sigilo, pois tratam-se de pessoas, portanto, eu enquanto político nem me vou pronunciar sobre o tema. Repito, são questões técnicas, podem vir cá os técnicos mas trata-se de pessoas, e como se trata de pessoas, o sigilo é para manter.-----

----- Em relação aos pedidos que foram feitos da ARU, foram cinco, nós gostávamos que fossem muitos mais e ainda podem vir. Mas uma coisa é certa, se não tivéssemos a ARU aprovada, estes cinco não tinham tido benefício. Podiam ter sido dez, quinze ou vinte, quantos mais melhor, mas pelo menos cinco vão aproveitar esta área de reabilitação urbana e os benefícios que dela advêm. Não sei quem são essas pessoas, é questão de ir ao Setor do Urbanismo e perguntar, eu não tenho esses dados.”-----

----- *Após a sua apreciação e, atendendo o disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a **ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE MOGADOURO.***-----

----- INTERVENÇÃO DO VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, EVARISTO ANTÓNIO NEVES:-----

-----“Isto não faz parte da Estratégia Local de Habitação e daí o facto de eu não ter falado, mas não me parece mal, até por uma questão de divulgação.-

----- Fiz questão de trazer um documento que tem a ver com o que tem dentro do “1.ºDireito”: o que pode ser financiado, até quando pode ser financiado e as tipologias, concretamente de arrendamento, reabilitação, construção, aquisições de habitações e aquisições de terrenos, e as respetivas taxas de financiamento pelo IHRU. O remanescente, é feito um crédito a juros bonificados por alguma banca, não é toda. Eu numa ótica de divulgação

não via mal nenhum que isto também ficasse em ata. “O documento será enviado para todos os membros da Assembleia Municipal via email.”-----



----- **2.5 GABINETE DO PRESIDENTE - ASSINATURA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO SOBRE A UNIDADE DOMICILIÁRIA DE CUIDADOS PALIATIVOS – PLANALTO MIRANDÊS CELEBRADO ENTRE A UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORDESTE, E.P.E. E OS MUNICÍPIOS DE MIRANDA DO DOURO, MOGADOURO E VIMIOSO E AS SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA DE MIRANDA DO DOURO, MOGADOURO E VIMIOSO – RATIFICAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO E SUBMISSÃO A APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PARA DELIBERAÇÃO:** - Começou por usar a palavra o senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----

-----“Penso que é do conhecimento geral, nós temos um protocolo de colaboração para a Unidade de Cuidados Paliativos que inicialmente era financiada pela Gulbenkian mas que depois de terminar esse financiamento passou a ser efetuado num protocolo entre a ULSNE e também pelos Municípios do Planalto Mirandês. Determinado que foi esse protocolo, só depois a Santa Casa, que está neste momento a fazer a gestão deste dinheiro, foi verificado que o protocolo tinha terminado e como tal, dia dezasseis de setembro fizemos a assinatura do protocolo junto da ULSNE, juntamente com os três Municípios e as três Santas Casas da Misericórdia representativas de Miranda, Mogadouro e Vimioso.-----

----- Mas sendo um plano, protocolo plurianual que exige pagamento de uma verba, neste caso respeitante ao Município de Mogadouro no valor de 14.412,46 euros, como eu dizia sendo plurianual tem de ser aprovada pelos senhores senão não produzirá efeitos. É isso que propomos, a aprovação deste protocolo para mantermos esta unidade domiciliária dos cuidados paliativos entre a ULSNE e os Municípios de Mogadouro, Miranda, Vimioso e a Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro, Vimioso e Miranda.”-----

----- *Após a sua apreciação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ASSINATURA DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO SOBRE A UNIDADE DOMICILIÁRIA DE CUIDADOS PALIATIVOS – PLANALTO MIRANDÊS CELEBRADO ENTRE A UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORDESTE, E.P.E. E OS MUNICÍPIOS DE MIRANDA DO DOURO, MOGADOURO E VIMIOSO E AS SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA DE MIRANDA DO DOURO, MOGADOURO E VIMIOSO.*”-----

----- **2.6 GABINETE DO PRESIDENTE - APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DAS “DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2021, NOS TERMOS DO**

**DECRETO-LEI N.º192/2015, DE 11 DE SETEMBRO”,
ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DA PROPOSTA DE
ORÇAMENTO: PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS –
PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – ORÇAMENTO E PLANO
ORÇAMENTAL PLURIANUAL(ORÇAMENTO DA RECEITA E
ORÇAMENTO DA DESPESA) – MAPA DE PESSOAL E NORMAS
DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – PARA ANÁLISE E
DELIBERAÇÃO :** - Começou por usar a palavra o senhor Presidente da
Câmara para dizer o seguinte:-----

-----“ Da conjugação da alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º, com a alínea a), do
n.º 1, do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL),
instituído pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal é
responsável pela elaboração dos documentos previsionais, sendo a sua
aprovação da competência da Assembleia Municipal.-----

----- De acordo com o previsto no n.º. 46, do ponto 11, das Normas de
Contabilidade Pública (NCP) 26, do Sistema de Normalização Contabilística
para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto Lei n.º.
192/2015, de 11 de setembro, alterado pelos Decretos-lei n.ºs 85/2016, de 21
de dezembro e 33/2018, de 15 de maio, as demonstrações orçamentais a
elaborar são o Orçamento enquadrado num Plano Orçamental Plurianual
(ano seguinte, mais 4 anos) e o Plano Plurianual de Investimentos.-----

----- Decorrente destas competências, o artigo 45.º, do Regime Financeiro
das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI) aprovado
pela Lei 73/2013, de 3 de setembro, com a alteração aprovada pela Lei
66/2020, de 4 de novembro, estabelece que até 30 de novembro de cada ano,
que o Órgão Executivo (Câmara Municipal), apresente a proposta de
Orçamento Municipal para o ano económico seguinte ao Órgão Deliberativo
(Assembleia Municipal), que por sua vez aprecia e vota essa proposta na
última sessão ordinária anual, nos termos do artigo n.º 27º, do Regime
Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), salvo se as eleições para o órgão
executivo municipal ocorrerem entre 30 de julho e 15 de dezembro.-----

----- Foi dado cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição (Lei 24/98
de 26 de maio), pedindo à Comissão Política do Partido Social Democrata
com assento no executivo da Câmara Municipal, mas sem atribuição de
pelouros que apresentassem propostas, opiniões ou sugestões para a
elaboração das demonstrações orçamentais, não tendo respondido ao pedido.
Os documentos previsionais para dois mil e vinte e um que a seguir se
apresentam, foram elaborados cumprindo as regras orçamentais explanadas
no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades
Intermunicipais (RFALEI), no POCAL (ponto 3.3), a Lei do Orçamento de
Estado e pela primeira vez no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro
Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
(SNC-AP), nomeadamente, no que concerne às transferências do Orçamento

de Estado, às regras de endividamento, às regras para a gestão dos recursos humanos e às alterações legislativas.-----

----- Na elaboração do Plano Plurianual de Investimentos, nos anos seguintes são apenas registados os projetos que têm repartição de encargos por mais que um ano económico e ainda aqueles projetos que se repetem anualmente.-----

----- Relativamente à tabela de taxas e licenças, não se prevê qualquer alteração para o próximo ano.-----

----- Pelo sétimo ano consecutivo, é dado cumprimento ao exposto na Lei nº. 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal (RJRFM) que regulamenta o Fundo de Apoio Municipal (FAM).-----

----- O Fundo de Apoio Municipal (FAM) tem por objeto a recuperação financeira dos Municípios que se encontrem em situação de rutura financeira, nos termos previstos no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), bem como a sua prevenção, traduzindo-se na adoção de mecanismos de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e de assistência técnica.-----

----- O contributo do Município de Mogadouro para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), de acordo com o disposto no seu nº. 4 do art.º 17.º, era de 696.718,98 euros a efetuar ao longo de sete anos, e correspondia ao valor anual de 99.531,00 euros, e implica obrigatoriamente a inscrição no Plano Plurianual e Orçamento de uma rubrica relativa a ativos financeiros.-----

----- Porém, uma alteração a esta Lei, veio estabelecer uma redução de 25%, 50%, 75% e 100% para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021 respetivamente, o que equivalia ao pagamento de 24.885,00 euros no ano de dois mil e vinte e conseqüente término dessa obrigação, no entanto com a crise instalada pela doença COVID-19 e conseqüentes medidas de apoio ao seu combate, o Governo permitiu que o valor em dívida transitasse para o ano de dois mil e vinte e um, mantendo-se assim o valor do ano anterior.-----

----- A elaboração do Orçamento assentou no levantamento tão rigoroso quanto possível, das despesas obrigatórias, designadamente, encargos com o pessoal, encargos financeiros e ainda os encargos assumidos com terceiros, bem como as dotações que garantem o funcionamento dos serviços e os investimentos que estão em curso.-----

----- Importa referir que a autarquia destinou uma verba considerável para a luta contra a pandemia e para as conseqüentes medidas de apoio às famílias e empresas do concelho e que se continua a assegurar um vasto conjunto de apoios, apostando no incremento da qualidade de vida e no desenvolvimento social e económico do concelho de Mogadouro.-----

----- Os compromissos assumidos durante o ano transato, que por atraso na execução, ou por se prolongarem no tempo com encargos plurianuais, não



foram concluídos, voltam a ser inscritos nas Grandes Opções do Plano e Orçamento.-----

----- Relativamente ao financiamento externo, ou seja, aos recursos provenientes de programas comunitários, protocolos com a Administração Central e com outras entidades, foram consideradas as importâncias respeitantes à componente comparticipada do investimento com a efetiva atribuição pelas entidades gestoras dos fundos, designadamente os projetos candidatados e aprovados no âmbito da Estratégia “Portugal 2020”.-----

----- O orçamento é assim um quadro de natureza contabilística, onde são previstas todas as receitas que a Autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar num ano civil, de forma a dar cobertura á execução do plano plurianual de investimentos e de atividades municipais, contemplando os meios financeiros necessários para as realizações inscritas naqueles documentos, bem como as despesas de carácter obrigatório e corrente.-----

----- Assenta em três funções:-----

- 1- Função Económica;-----
- 2- Função Política;-----
- 3- Função Jurídica.-----

----- A primeira (função económica), é expressa num quadro que apresenta as previsões de receitas e despesas, a segunda traduz-se numa autorização para arrecadar receitas e afetá-las aos encargos decorrentes da execução dos projetos e ações, a terceira é uma função reguladora do poder do órgão Autárquico, que vai executar o orçamento nos termos da lei vigente.-----

----- O Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e vinte e um com um total de 11.176.419,00 euros, contempla para além do valor do Fundo Apoio Municipal e a eficiência energética na iluminação pública na Terra Fria do Nordeste Transmontano, um conjunto de novos projetos, bem como os que estão em fase de conclusão ou se prevê iniciar ainda durante o ano de dois mil e vinte.-----

----- Comparativamente ao ano anterior, verifica-se um incremento de 1.483.279,00 euros, que equivale a 15,3%.-----

----- Numa análise mais aprofundada ao documento em apreciação, podemos constatar que muitos dos projetos, estavam já contemplados no Plano Plurianual de Investimentos aprovado para o ano em curso, repetindo-se agora porque alguns dos projetos são de grande dimensão e com prazos de execução que se estendem por mais de um ano económico, por um lado e por outro porque algumas obras tiveram o seu início já no segundo semestre do ano.-----

----- Das obras com maior volume financeiro e que transitam de ano, destacam-se as obras de requalificação das habitações do ex. Bairro do Fundo Fomento e arranjo urbanístico do espaço público envolvente, já em fase avançada; a unificação do sistema de tratamento de água residuais domésticas de Mogadouro; o projeto e execução da reabilitação e ampliação

do Parque de Feiras e Exposições; a construção da Cantina Escolar, o Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças e Autóctones e o abastecimento de água e saneamento a Meirinhos que no seu conjunto, absorvem 47,77% do volume global do Plano Plurianual de Investimentos.

No Plano de Atividades Municipais constam entre muitas iniciativas, os acordos de cooperação com a Proteção Civil, as dotações para as Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia, os protocolos com as Instituições de Solidariedade Social, as amortizações de empréstimos e a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos do concelho de Mogadouro.-----

----- A desagregação do Plano Plurianual de Investimentos por classificação funcional mostra-nos três grandes capítulos, as funções gerais com um investimento previsível de 701.383,00 euros correspondente a 6,28% do total, as funções sociais que absorvem 70,02% a que corresponde um investimento de 7.826.033,00 euros e as funções económicas com 2.649.003,00 euros e que corresponde a 23,70% do total.-----

----- À semelhança do que aconteceu em anos anteriores, as funções que absorvem mais recursos são as sociais que agregam o maior número de rubricas como a Educação; Segurança e Ação Sociais; Habitação e Serviços Coletivos e os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos.-----

----- Deste conjunto destaca-se o grupo da Habitação e Serviços Coletivos com um total de 3.133.261,00 euros, repartidos pelo Ordenamento do Território com 228.678,00 euros que inclui entre outros a elaboração de projetos, a Revisão do Plano Diretor Municipal, a construção da rotunda da Avenida de Espanha e o arranjo urbanístico do largo da sede da Junta de Freguesia de Penas Roias; pelo Saneamento com 1.617.566,00 euros que só por si absorve 14,73% do total do Plano Plurianual de Investimentos, destinado à unificação do sistema de tratamento de águas residuais domésticas de Mogadouro, à construção de fossas sépticas em várias aldeias e à construção de ramais no concelho; do Abastecimento de Água com 1.227.970,00 euros, destinados ao financiamento da remodelação do sistema de abastecimento de águas do Município de Mogadouro, a remodelação da rede água de Castelo Branco e Meirinhos, a remodelação da ETA de Bastelos com 125.000,00 euros para dois mil e vinte e um e 475.000,00 euros para dois mil e vinte e dois, entre outras de menor dimensão como a aquisição/reparação de tubagens e equipamentos para o serviço de águas. Para concluir este grupo de funções e também com impacto significativo, os Serviços Culturais que se dividem pela Cultura com um total de 1.027.293,00 euros, destinados essencialmente ao projeto e execução da reabilitação e ampliação do Parque de Feiras e Exposições com 600.215,00 euros, à rede de Castros – valorização e conservação do Castelo dos Mouros e do Castelo de Oleiros com 277.628,00 euros e pelo Desporto, Recreio e Lazer com 441.845,00 euros, destinados na sua maioria à beneficiação da Piscina Municipal Coberta, à reabilitação do Ginásio Municipal e ao Sabor Lake

Resort, que se prevê vir a ser um dos maiores investimentos de sempre no concelho de Mogadouro.-----

----- Também a Segurança e Ação Sociais merecem aqui destaque com 1.469.665,00 euros destinados exclusivamente às obras de requalificação das habitações do ex. Bairro do Fundo Fomento e arranjo urbanístico do espaço público envolvente.-----

----- Em segundo lugar, surge o capítulo das funções económicas que com uma valor considerável de investimento, inclui Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca com um investimento previsto de 994.740,00 euros que vai exclusivamente para a construção do Espaço de Promoção e Valorização das Associações e Raças e Autóctones (EPVARA); Indústria e Energia com 344.352,00 euros destinados na sua maioria à ampliação, remodelação e conservação da rede de iluminação pública do concelho e ainda à expansão da III fase do Loteamento Industrial de Mogadouro; os Transportes e Comunicações com 1.277.911,00 euros, repartidos por vários projetos, dos quais pelo valor financeiro merecem maior destaque a repavimentação de arruamentos em Vale de Porco e Paradela, a beneficiação e retificação da E.M. 593 entre Remondes e a E.N. 216; os transportes aéreos com a construção do heliporto, e finalmente o Comércio e Turismo com 32.000,00 euros distribuídos com por alguns projetos com valores residuais.-

----- As Funções Gerais surgem no final com um valor global de 701.383,00 euros, maioritariamente na subfunção Administração Geral destinado à aquisição e indemnização de terrenos com 220.000,00 euros e a aquisição máquinas e viaturas com 170.000,00 euros, sendo o restante distribuído por uma série de ações como a aquisição material e equipamento para a atividade operacional dos diversos serviços municipais, como o hardware e software informático e o pagamento ao Fundo Apoio Municipal, entre outras como a construção da garagem da Casa Paroquial.-----

----- Nas Outras Funções não se regista qualquer movimento ou valor.-----

----- Quanto ao Plano de Atividades Municipais no valor global de 3.696.398,00 euros, traduz uma variação positiva em relação ao ano anterior de 296.020,00 euros, mesmo considerando a redução do valor das amortizações com os empréstimos em cerca de 200.000,00 euros, foi elaborado de forma a dar continuidade a projetos vindos de anos anteriores e que se consideram os que melhor servem os interesses do concelho e das pessoas que nele habitam.-----

----- Assim, do grupo das funções gerais com um total de 265.600,00 euros, faz parte a proteção civil e luta contra incêndios que absorve a grande maioria daquele valor (250.000,00 euros) destinado aos protocolos celebrados com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Mogadouro bem como aos custos da responsabilidade do município com os operadores de central e equipas de intervenção permanente, sendo o restante direcionado para as geminações com Ploumagoar e Grosly.-----

----- Nas funções sociais com um total de 1.582.323,00 euros, é mais uma vez o grupo com o maior valor e nele incluem-se a educação, a saúde, a segurança e ação sociais, a habitação e serviços coletivos e ainda os serviços culturais, recreativos e religiosos que nos mostram que:-----

----- Na Educação, o valor de 38.500,00 euros, destina-se ao apoio das escolas do concelho, ao apoio à aquisição de livros e à atribuição de bolsas de estudo. No entanto, este valor não reflete o verdadeiro custo com esta vertente, porque não são aqui considerados os gastos com as aulas de enriquecimento curricular de (inglês, música e educação física) aos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo do Concelho, os custos com o fornecimento gratuito de refeições aos alunos deslocados e ainda com maior impacto o custo com os transportes escolares na medida em que todos os alunos estão isentos do pagamento do passe escolar.-----

----- Na área da saúde mantemos a rubrica do sistema de teleassistência domiciliária, dando assim continuidade ao contrato de prestação de serviços celebrado com uma empresa da especialidade, assegurando também que todos os funcionários da autarquia tenham acesso à medicina e saúde no trabalho.-----

----- Na área da segurança e ação sociais com o valor de 302.213,00 euros estão incluídos protocolos de colaboração com o Planalto Mirandês para a unidade domiciliária de cuidados paliativos com 14.413,00 euros e o Espaço Mais com 40.600,00 euros, os protocolos a celebrar com instituições de solidariedade social do concelho para melhoria e/ou construção das suas infraestruturas de acolhimento aos mais idosos com 50.000,00 euros, o apoio à natalidade no valor de 50.100,00 euros, o fundo de emergência no valor de 50.000,00 euros e que apresenta um aumento de 30.000,00 euros que visa ajudar a ultrapassar algumas situações de extrema pobreza, agora agravada com a pandemia que estamos a viver, o apoio na comparticipação nos medicamentos com 25.100,00 euros e ainda para garantir melhores condições de vida aos mais carenciados através da reparação de habitações ou a atribuição de subsídios para o pagamento das rendas o valor de 51.000,00 euros e outros no valor de 21.000,00 euros.-----

----- Na habitação e serviços coletivos, o total de 678.000,00 euros, destina-se ao pagamento da limpeza urbana da Vila de Mogadouro com 118.000,00 euros e à recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos do concelho com 560.000,00 euros.-----

----- Finalmente nos serviços culturais, recreativos e religiosos com o valor global de 557.510,00 euros, enquadram-se o maior número de ações distribuídos por 312.410,00 euros na Cultura, 175.100,00 euros no Desporto, recreio e lazer e 70.000,00 euros nas outras atividades cívicas e religiosas.--

----- Continuarão a ser fomentadas políticas culturais que contribuam para o desenvolvimento integral do cidadão, aumentando os padrões de qualidade de vida através das várias iniciativas a levar a efeito nos diversos espaços

municipais como a Casa da Cultura, a Casa das Artes e a Biblioteca Municipal, destinadas ao enriquecimento do património cultural como a promoção das artes da música, da dança, da poesia, da literatura, do teatro e do cinema entre outros.-----

----- Para dar ao associativismo a possibilidade de desenvolverem os seus projetos no sentido de promoverem e divulgarem a nossa região foi dotada a rubrica “Subsídios para as Associações” com 180.000,00 euros, a quem serão também disponibilizados os meios físicos, técnicos e humanos para um melhor desempenho.-----

----- Neste capítulo estão também inseridos embora algumas das ações, com valores reduzidos como a agenda cultural, o boletim municipal, a feira do livro, o concurso de poesia e outros já de valor mais relevante como a projeção de filmes na Casa da Cultura com 20.000,00 euros, o tratamento e acondicionamento do espólio de Trindade Coelho com 17.000,00 euros, jornadas conferências e eventos diversos com 24.900,00 euros e as atividades teatrais 19.900,00 euros.-----

----- Na vertente desportiva, recreio e lazer, e sabendo que o desporto e atividade física melhoram os níveis de confiança e de auto estima, que evitam a exclusão social e contribuem para uma sociedade mais forte e coesa, vai sendo dada resposta às cada vez maiores exigências da população com, para além das ações inscritas no PPI como a requalificação da piscina e do ginásio municipal, a construção de percursos pedestres e pedonais, a inclusão de todas as ações já iniciadas em anos anteriores como, a realização ou a comemoração do Desporto Escolar, o Dia Mundial da Criança, o Natal das Crianças, o torneio de futebol entre aldeias e a promoção do XVII encontro de anciãos que não foi realizado este ano, a corrida de S. Silvestre, a volta no Nordeste em bicicleta, a prova de triatlo e o torneio de ténis entre outros. A maioria destes eventos decorrem nos equipamentos colocados ao serviço da população designadamente o Parque de Campismo, as Piscinas Municipais o Campo de Ténis e o Estádio Municipal com ajuda dos técnicos qualificados ao serviço do Município.-----

----- Infelizmente a maioria dos eventos desportivos e culturais, não foram realizados devido à crise pandémica que estamos a atravessar, esperando que durante o próximo ano, todas estas iniciativas possam ser concretizadas com a força e o vigor vividos em anos anteriores.-----

----- Também a realização do já famoso programa Red Burros Fly-In foi cancelada, estando inscrita no Plano de Atividade com a dotação idêntica ao ano em curso no valor de 43.700,00 euros.-----

----- Estão também inscritas as atividades de carácter natalício com o valor de 70.000,00 euros, inseridas nas outras atividades cívicas e religiosas.-----

----- Nas funções económicas, com um total de 552.850,00 euros, sendo que o Comércio e Turismo dispõem da maior fatia com 352.850,00 euros, cuja repartição se faz pelo Concurso de Bovino de Raça Mirandesa com

17.250,00 euros; Festival Terra Transmontana com 106.800,00 euros, pelo apoio à realização da Feira dos Gorazes através de subsídio a atribuir à ACISM com 78.000,00 euros, pela rede de percursos pedestres com 15.100,00 euros; pela Feira Franca dos Produtos da Terra/Amendoeiras em Flor com 60.700,00 euros e pelo planeamento, promoção e divulgação turística com 55.100,00 euros, pela aquisição de produtos regionais e artesanato com 4.600,00 euros, pelo encontro de máscaras com 5.100,00 euros; pelo inventário, salvaguarda, valorização e requalificação do património cultural, imaterial do concelho com 4.200,00 euros e pela formação em hotelaria e restauração com 6.000,00 euros.-----

----- Para a Indústria e Energia está destinada uma verba de 200.000,00 euros, destinados exclusivamente ao apoio a iniciativas empresariais económicas de interesse municipal.-----

----- As outras funções com um total de 1.295.625,00 euros, contribuem com 35,05% do total, sendo que 250.844,00 euros são destinados ao pagamento dos empréstimos de médio e longo prazo e respetivos juros e encargos bancários. O restante está repartido pelas despesas de manutenção do canil intermunicipal com 42.726,00 euros; pelas transferências correntes e de capital para as Juntas de Freguesia com 485.558,00 euros, e ainda pelo funcionamento das várias Associações das quais fazemos parte como Baixo Sabor, Douro Superior, Terra Fria do Nordeste Transmontano, Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes e Agência para a Energia com 516.497,00 euros.-----

----- Para finalizar importa referir que o Orçamento para dois mil e vinte e um, apresenta em termos globais face ao ano de dois mil e vinte um acréscimo de 7,44% traduzido no valor de 1.589.140,00 euros, sendo que as receitas correntes totalizam o montante de 12.942.445,00 euros e de capital o montante de 9.993.563,00 euros e as despesas correntes totalizam o montante de 10.985.000,00 euros e as de capital o montante de 11.951.008,00 euros, sendo o total geral da previsão das receitas e das despesas para o ano de dois mil e vinte e um é no valor de 22.936.008,00 euros.-----

----- Por último de referir igualmente que a previsão da receita corrente para o ano de dois mil e vinte e um é substancialmente superior à despesa corrente no montante de 1.957.445,00 euros, valor este que vai financiar o investimento.-----

----- É neste sentido que propomos para aprovação “As Demonstrações Orçamentais para o Exercício de 2021”, as quais englobam o Plano Plurianual de Investimentos, o Plano de Atividades Municipal, o Orçamento e Plano Orçamental Plurianual que engloba o Orçamento da Receita e da Despesa, o Mapa de Pessoal, as Normas de Execução Orçamental e o Relatório de Proposta de Orçamento.-----

----- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

-----“Gostava de saber o que é o projeto do *Sabor Lake Resort* e por quem é que vai ser financiado.”-----

----- RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----

-----“Em cada concelho, dos quatro que fazem parte do Baixo Sabor, cada um tem um espaço destinado, no nosso caso é no “*Medal*”. Foi aprovado no fundo do Baixo Sabor o financiamento para fazermos o projeto para depois se pôr em prática, mas só depois de aprovado o programa da albufeira, até lá nada se pode fazer enquanto ele não for aprovado.”-----

----- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

-----“Suponho que seja um projeto turístico.”-----

----- RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----

-----“É um empreendimento enorme, o projeto vai ser agora objeto de concurso. É evidente que é um projeto idêntico entre os quatro concelhos.--
----- Tem casas flutuantes, a ideia é que as pessoas se possam deslocar nos vários pontos dos concelhos, alugando essas casas flutuantes. Um pequeno exemplo, podem ir até ao Felgar, ou podem ir até à zona de Lagoa, ou podem ir até a zona do Santo Antão, podem deslocar-se, podem conhecer os vários concelhos e também a albufeira, neste caso Baixo Sabor.-----

----- Quer Mogadouro, quer Moncorvo já avançaram com o projeto. Nós já vamos avançar com o projeto, já temos candidatura para financiamento, e portanto, vai-nos ser financiado pelo fundo do Baixo Sabor, porque se trata de um projeto caro e conseguimos o financiamento, quer Mogadouro quer Moncorvo, os outros dois concelhos frutos da disponibilidade financeira para outros projetos que entenderam fazer, não quiseram ainda assertivamente fazer esta questão. Já agora acrescento também que deste fundo do Baixo Sabor assinei o contrato de financiamento para a remodelação da estrada entre Paradela e Valverde, o caminho também e a Estrada Municipal de Remondes à EN216, para requalificarmos aqueles dois troços. Irá ser aberto agora o concurso para podermos compor esses dois, uma dessa ligação já há muitos anos ansiada pelas populações, não só de Paradela mas também de Brunhoso, Remondes e efetivamente que ficarão mais próximos de acesso ao IC5, a verdade é que não precisam de vir por Mogadouro porque o caminho embora tenha sido remodelado ele não é transitável para todas as viaturas e portanto da mesma forma como aquele caminho que foi feito entre Remondes e a EN216 para ter efetivamente condições de trânsito.”-----

----- Senhores membros da Assembleia, face à situação pandémica que atravessamos, conjugada com o grau de incerteza e desafios que pairam no consciente de cada um de nós, ou no subconsciente de cada um de nós, com uma mortandade agreste conhecida pela COVID_19 cujo fim não se vislumbra, o grupo municipal que integra a candidatura TODOS POR MOGADOURO, entendeu não ser este o momento mais propício para discussões ruidosas ou crispações ideológicas absolutamente imprudentes ou intempestivas. Temos plena consciência dos impactos negativos que esta pandemia está a causar à economia e à sociedade, bem como a harmonia cultural, social, económica entre os povos livres e democráticos.-----

----- Este ano foi efetivamente muito mau, atípico para todo o mundo, obrigando-nos a viver em condições muito diferentes das que estávamos habituados, enfim, metamorfoses da vida. Estamos solidários com as famílias dos que já perderam os seus familiares, e já lá vão cerca de 5.733 até ontem, pessoas que infelizmente já não estão connosco. A nível mundial também é muito assustador, a pandemia já provocou 1.621,397 óbitos até ontem. Mesmo assim, queremos continuar a exercer uma oposição séria e credível, responsável e muito orgulhosa naquilo que faz pela defesa da melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos, como oposição temos essa obrigação.-----

----- Vêm aí os novos censos, portanto em dois mil e vinte e um, cujo resultados para nós são pouco animadores, enfim, os efeitos da interioridade. Já em dois mil e dez existiríamos 9.657 pessoas, em dois mil e dezoito cerca de 8. 527 e em dois mil e vinte e um quantos seremos? Apenas curiosidade, mas cada um que tire as suas ilações daquilo que devia ter sido feito e não foi feito, deixo o repto.-----

----- Analisado o orçamento para dois mil e vinte e um, aliás, já aprovado pela maioria Socialista do Executivo Camarário, não lhe dou o benefício de bom mas também de mau, talvez razoável, desde que capaz de servir os Mogadourenses e que não alimente egos ou boas vontades de quem o produz.-----

----- O futuro, e agora com a pandemia, é sempre muito imprevisível, não existindo ainda varinha de condão para adivinhar, tornando-se para isso necessário prepará-lo convenientemente para assim podermos dar confiança aos nossos eleitores que nos elegeram. Devia ser esta a lógica subjacente aos bons orçamentos, com rigor e sustentabilidade, com confiança, planeamento, mas também previsibilidade. Oxalá que os estilhaços da bazuca Europeia possam chegar a Mogadouro para que também possam vir a contribuir para aumentar as receitas correntes, caso contrário, haverá consequências nefastas para o Município. É isso que eu não espero. Na verdade, esta proposta de orçamento é em tudo muito similar ao do ano anterior, havendo algumas nuances, nomeadamente, nas despesas correntes, o senhor Presidente da Câmara já referiu, muito previa do aumento previsto no orçamento geral do

----- INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:-----

-----“Segundo o que eu li, existe algum desenvolvimento sobre a recuperação das Estações de Caminhos de Ferro, onde Mogadouro tem várias situações de degradação. Não sei se nos pode dizer alguma coisa.”---

----- RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----

-----“Posso responder, porque Mogadouro ainda não assinou nenhum protocolo com a REFER. Fruto de vários problemas que temos ao longo da linha. Enquanto a REFER não repuser todo o troço da linha, quando digo REFER, digo porque ela tem essa responsabilidade, nós não podemos fazer nenhum protocolo com eles. Como sabem, e se não sabem ficam a saber, alguns troços da linha neste momento são objeto de apropriação por parte de proprietários que confinam, e, portanto, não faz sentido enquanto eles não repuserem esse troço que é do Estado, não é dos proprietários, mas já lavraram, já plantaram e, portanto, enquanto isso não for feito, não vamos aceitar receber essa linha férrea. Relativamente ao edificado, aí sim, é propriedade da REFER e o que ficou combinado com a REFER e o que está acertado é que sempre que houver possibilidade de venda, os Municípios devem ser contactados. Eles acederam, efetivamente, não venderem, porque começaram a pôr à venda, eles podem porque não é do Estado, é próprio deles, mas o edificado é deles e por isso poderiam vendê-lo. O que está estabelecido é tentarmos um acordo de forma a que se possa vir a recuperar todas essas relíquias das estações ferroviárias que existiam na linha do Sabor e aproveitá-las para a parte turística. Nós também gostávamos de poder receber essa linha, nela fazer o que está pensado noutros concelhos, mas enquanto ela tiver certos pontos em que foi objeto de apropriação indevida por parte de alguns proprietários, terá que ser efetuado e a partir daí estaremos em condições de receber a linha para poder fazer o investimento e dar continuidade desde Moncorvo até Miranda do Douro.”-----

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO ILÍDIO GRANJO VAZ:-----

-----“Andamos todos nostálgicos, é um facto, mas vem aí o Natal, assim para todos vós os meus cumprimentos com desejos de festas felizes extensíveis aos vossos amigos e familiares. Um cumprimento sincero e caloroso a todos os funcionários do Município e suas famílias, afinal também são nossa família.-----

----- Sem subestimar a Mesa da Assembleia, um reconhecimento sincero a todos os funcionários envolvidos na ordenação e produção que com qualidade fizeram chegar a documentação à nossa posse, é um facto, tem vindo sempre muito bem ordenada e acho que é um devido reconhecimento.-

Estado sendo que, as despesas correntes aumentarão substancialmente e as despesas de capital para mais de 1.400,000 euros, pelas contas por nós feitas, o que conferirá, segundo a nossa previsão, uma capacidade de execução não muito elevada, prevendo-se que atinja no final do ano os 70%. Isto numa visão muito otimista, se assim for, não ficamos muito mal. Registamos com satisfação as declarações de voto dos nossos vereadores, expressos na certidão que aprova a proposta de orçamento, revemo-nos inteiramente com a sua visão analítica com estratégia e rumo para o nosso concelho. Assinalamos negativamente a alocação de 182.506€ destinados à realização de festas e afins, cuja responsabilidade os Mogadourenses não irão compreender, no atual contexto de pandemia. Sabemos, mas não compreendemos, o uso e abuso das rúbricas Outros ou Diversos, que apenas servem para promover alterações orçamentais evitando assim visões, ou seja, condutas pouco transparentes que não sendo ilegais, porque não o são, não fugirão, contudo, à crítica e ao bom rigor das contas. Entendemos assim que esta proposta de orçamento deveria ser melhor pensada, não estando à altura do momento difícil que atravessamos, talvez fosse possível e não aposta nas empresas e no empreendedorismo e conseqüentemente na fixação de pessoas do nosso concelho. Mesmo assim, independentemente da nossa diferença queremos dar-lhe o benefício da dúvida, porque, tem a ver também com o ciclo de governação do Executivo Socialista no nosso Município. Não seremos adeptos do contra pelo contra, pelo que, após alguma discussão e melhor amadurecimento decidimos abstermo-nos na votação deste ponto, ou seja, no orçamento e plano plurianual de investimentos e plano de atividades.-----

----- A todos um bom Natal.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO ANTÓNIO DE JESUS CORDEIRO:**-----

-----“ Em primeiro lugar, quero desejar a todos boas festas natalícias e que as mesmas decorram com tranquilidade, saúde e paz. Hoje iremos discutir e aprovar os planos e os respetivos orçamentos para o ano de dois mil e vinte e um. Conforme nos são apresentados, estes documentos podem parecer de difícil análise e interpretação, mas com um bocadinho de atenção, concluimos que não é assim. Para entender todo este complexo conteúdo dos diversos documentos que nos foram apresentados no relatório da proposta de orçamento, isto é, plano plurianual de investimentos, plano de atividades municipal, orçamento e plano, orçamento plurianual, com os orçamentos da receita e da despesa, documentação que pela sua dimensão e volume suponho que alguns nem os terão lido. Também não é fácil nem estão ao alcance de todos. Suponho que não minto. Por conseguinte, o importante é sabermos que se trata de documentos onde estão discriminados: a proveniência das receitas que o Município irá arrecadar e que a Câmara irá ter ao seu dispor

para dar cumprimento a todos os encargos previstos no próximo ano. Dessas receitas há verbas que já trazem uma direção definida, como são os vencimentos dos funcionários da Câmara, os consumíveis e outros ligados a este setor; tais despesas são designadas de despesas correntes, que regra geral vêm sempre com um valor maior que o necessário para que a Câmara não ultrapasse a totalidade das verbas da rubrica. É que estas despesas não podem ultrapassar os limites definidos por lei e é por esse facto que sempre sobram dinheiros nesta rubrica, que a Câmara afetará às despesas de capital. Se analisarem os documentos e fizerem as contas, verão que desta rubrica transitam 1.957,445,00 euros e que a Câmara juntará às receitas de capital. O que é bom, porque aumenta a capacidade de investimento do Município. Se não houvesse alguma margem de manobra e a Câmara ultrapassasse as verbas da despesa corrente, poderíamos dizer que a Câmara não estaria a fazer boa gestão. Não é o caso, por conseguinte está bem. Depois vêm as receitas de capital, que são aquelas com as quais a Câmara dará cumprimento às ações previstas nos planos que aqui nos são apresentados. Tudo o que está escrito e que cria alguma dificuldade de interpretação são as diversas ações que a Câmara irá desenvolver ao longo do ano, mas são as regras escritas, que acompanham os documentos, que regulam esse procedimento. A arrecadação das receitas não oferece dúvidas a ninguém, como também não oferece dúvidas a aplicação das mesmas. Quando as pessoas não fazem a análise correta dos números até poderão ficar com dúvidas, mas aqui ninguém deve ficar com dúvidas do que estão a aprovar. Soube há poucos dias que nas estatísticas nacionais sobre o anuário financeiro de dois mil e dezanove, sobre o desempenho dos trezentos e oito concelhos do país, Mogadouro ocupa a décima oitava posição a nível nacional e é a primeira no Distrito de Bragança, o que nos deve regozijar a todos. Isto dá-nos um à-vontade para aprovarmos sem reticências estes documentos. É evidente que as pessoas são livres no uso do voto, mas em verdade, não me parece que haja razões plausíveis para votar contra estes documentos. Regra geral, quando se aproximam eleições procura-se encontrar argumentos, algumas vezes falaciosos, para fazer oposição. Ninguém deve estranhar que isso aconteça. Se nós estivéssemos no lugar de oposição, talvez fizéssemos a mesma coisa. Cada um votará como entender. Da nossa parte iremos aprovar estes documentos até porque há diversas obras relevantes que estão em execução e que têm de continuar até finalizar e ainda outras que irão entrar em execução brevemente. Também à laia dos anos anteriores, os apoios sociais continuam. A situação financeira é de tal modo relevante e boa que ainda não houve uma Câmara em Mogadouro, depois do 25 de abril de 1974 e antes, muito menos, que apresentasse uma situação financeira tão boa como esta Câmara apresenta agora, e as obras continuam a bom ritmo. Por conseguinte, temos razões mais que suficientes para aprovar estes documentos. É o que faremos.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MANUEL LUÍS VARANDAS:-**

-----“Li as intervenções dos senhores Vereadores eleitos pela coligação TODOS POR MOGADOURO, na tentativa de perceber melhor este extenso documento “Demonstrações Orçamentais para o Exercício de 2021”.-----

----- Não obtive grande ajuda pois não encontrei situações propriamente novas, concordando mesmo com algumas afirmações.-----

----- Cito: *“Na reunião ordinária de 14 de dezembro de 2017, discutimos o orçamento para 2018. Hoje a minha análise vai ser nos termos de então”.*

“Senhor Presidente estou convicto que, tecnicamente e estruturalmente o orçamento está bem feito”. Concordo plenamente com o Senhor Vereador Manuel Cordeiro, pois os funcionários do Município bem como os colaboradores do Senhor Presidente têm larga experiência na matéria.-----

----- Relativamente à análise ser feita nos moldes do orçamento para 2018 eu ainda iria mais longe, talvez até 2015. Em 2015 a dívida da médio e longo prazo do Município de Mogadouro era a módica quantia de três milhões e seiscentos mil euros. Desde então, uma das prioridades deste Executivo foi a diminuição desta dívida e a preocupação com o bem-estar dos mais necessitados. É, portanto, natural que os orçamentos sejam idênticos.-----

----- Relativamente à dívida, o objetivo foi conseguido: A dívida a fornecedores (curto prazo) é praticamente nula. A dívida a médio e longo prazo situa-se para o exercício de 2021 somente em 216.505 euros. Com a nuance dos sete empréstimos com o valor ainda em débito, seis deles a terminarem a amortização da capital no exercício de 2021, ficando o Município em excelentes condições financeiras para cumprir a parte financeira que lhe cabe das quatro obras emblemáticas que estão em curso.-

----- Sendo elas a Cantina e Auditório do Agrupamento de Escolas, Pavilhão Multiusos, Espaço de Promoção e Valorização das Associações de Raças Autóctones, Remodelação do Bairro do Extinto Fundo de Fomento de Habitação. E uma quinta obra, a menos visível e a mais cara. Estou a referir-me à Unificação do Sistema de Tratamento de Águas Residuais e Domésticas da Vila. Obra de grande importância para o meio ambiente. Vai contribuir grandemente para a despoluição da Ribeira do Juncal.-----

----- Relativamente ao bem-estar e melhoria da qualidade da vida dos mais necessitados, é um trabalho menos visível e de maior durabilidade no tempo, mesmo assim têm-se conseguindo alguns progressos: O Espaço Mais, além de criar alguns postos de trabalho, não muitos, permite aos progenitores terem maior liberdade e aqueles que a natureza não beneficiou, estarem bem acompanhados e em convivência. A aquisição de um carro adaptado vai ajudar muito. O bairro social, em fase de acabamento, vai dar a trinta e duas famílias desfavorecidas a possibilidade de terem uma habitação condigna. Treze serão realojadas, as restantes dezanove serão selecionadas de acordo com o regulamento, que será proposto pelo Executivo e posteriormente

9/12

aprovado nesta Assembleia. A reintegração de cinquenta e quatro precários como funcionários permanentes da autarquia, não será muito, mas criou estabilidade emocional e laboral a estes trabalhadores. Se adicionarmos as funções sociais contempladas nas rúbricas como a Educação, Segurança e Ação Social, Habitação e Serviços Coletivos e Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos, teremos algum progresso.-----

----- Foi dito também, que no espaço de oito anos, o concelho de Mogadouro perdeu mil cento e trinta habitantes e que estes anos coincidem com a governação deste Executivo. É o tendão de Aquiles dos concelhos do interior, pois a falta de emprego leva os jovens para as grandes cidades do litoral. Este flagelo já vem de longe. Lembro que na década de 2001 a 2011, o concelho perdeu 1693 almas.-----

----- Quem governava a Câmara nesta altura? Pergunto. O que fez o Executivo que ganhou as eleições, apoiado exatamente pelos mesmos dois partidos que agora suportam a coligação TODOS POR MOGADOURO, para impedir a sangria dos jovens? Pois a perda de população não é só deste espaço de tempo, é de décadas.-----

----- Em doze anos de mandato, o Senhor Vereador do pelouro das obras públicas dizia à boca cheia que revolucionou a Vila de Mogadouro com obras imponentes. É verdade, algumas delas de utilidade duvidosa.-----

----- Quantos postos de trabalho criou a Casa das Artes? Quantos postos de trabalho criou o aeródromo?-----

----- Este serviu durante alguns anos para meia dúzia de jovens privilegiados, alguns deles de outros concelhos ou país, se divertirem aos fins-de-semana nos céus de Mogadouro. Quantos ficaram?-----

----- Hoje custa aos cofres da autarquia 43.700 euros por ano, para umas dezenas de ricos virem a Mogadouro passear, mostrar os seus brinquedos, digo “ultra leves”, ou avionetas, chamem-lhe o que quiserem. Vêm de manhã e vão embora à tarde com os depósitos cheios de combustível.-----

----- Remando contra a maré, que corre para o litoral, este Executivo pôs à disposição de empresários empreendedores lotes de terreno, na terceira fase da zona industrial, a preços acessíveis, 3.75 euros o m², ou mesmo gratuitos, se o número de postos de trabalho a criar o justificar. A zona industrial tem ligação rápida ao IC5. Tenho conhecimento de dois terrenos que foram cedidos a um empresário do concelho para instalar a sua empresa, espero que se concretize e que crie postos de trabalho.-----

----- Pura curiosidade. A primeira fase da zona industrial também foi executada por uma Câmara apoiada pelo Partido Socialista. São coincidências.-----

----- Algumas Câmaras do interior apoiam a natalidade monetariamente, outras a criação de emprego.-----

----- Mogadouro orçamentou para 2021 duzentos mil euros para a criação de emprego e cinquenta mil para apoio à natalidade. São opções.-----

----- Apesar destas concordâncias, há uma que eu discordo completamente, os senhores Vereadores votaram contra, eu vou votar a favor.-----

----- Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, permita-me também que deseje à mesa, à vereação, aos Presidentes de Junta e a todos os membros eleitos, um Santo Natal e um Feliz Ano de 2021, sem Covid_19.”-

----- *Colocada a votação pelo senhor presidente, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com zero (0) votos contra; dezasseis (16) abstenções e vinte e quatro (24) votos a favor, aprovar a proposta das **DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PARA O EXERCÍCIO DOIS MIL E VINTE E UM, QUE INCLUI O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, O PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS; O ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL; O MAPA DE PESSOAL E NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.***-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO AGOSTINHO JOAQUIM FERNANDES:**-----

-----“Eu quero fazer a declaração de voto em relação à forma como votei este orçamento. Precisamente porque fui contra a forma de voto da bancada à qual pertenço e fi-lo pela razão que eu entendi que devia fazer. Tenho contemplado na minha freguesia uma verba para um determinado fim que acho muito importante e espero que seja executada e foi esta a forma que me levou a votar desta forma. Era isto que eu queria expor neste momento.”-----

----- **2.7 GABINETE DO PRESIDENTE - PROPOSTA SOBRE A FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS NO ANO 2021 – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO:** - Começou por usar a palavra o

senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----

-----“O que se propõe aqui é que seja levada esta proposta de redução da fixação da participação variável do IRS para o ano de dois mil e vinte aplicar no ano de dois mil e vinte e um, a redução em 50%, em exemplo dos anos anteriores mas que em benefício dos nossos munícipes.”-----

----- *Após análise, a Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de **FIXAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.***-----

----- **2.8 GABINETE DO PRESIDENTE – PROPOSTA - CAMPANHA “NESTE NATAL, COMPRO NO COMÉRCIO LOCAL” – PARA CONHECIMENTO:** - Começou por usar a palavra o

senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte:-----

-----“Eu queria pedir a todos vós que fossem impulsionadores desta

campanha. Esta campanha destina-se ajudar as famílias e ao mesmo tempo ajudarmos o nosso comércio que já por si só tem estado muito débil neste período pandémico. Foi o que se pretendeu aqui fazer com esta campanha que tem como título “*Neste Natal, Compro no Comercio Local*”.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO JOSÉ FRANCISCO BENTO SANCHES BRANCO:**-----

-----“Sobre esta campanha queria dois esclarecimentos. Um antes de ler este texto: “o documento é só este e quais são os CAEs que estão afetos que podem aderir a esta campanha.”-----

----- Gostaria de começar por dizer que todas as iniciativas que possam apoiar a economia local, sobretudo uma situação como esta que estamos a atravessar, devem ser bem-vindas e acarinhadas. No entanto, impõe-se no sentido de justiça e democracia que pergunte ao senhor Presidente da Câmara quais foram os critérios utilizados para definir as empresas qualificadas para participar nesta campanha e poder emitir faturas para efeitos de vales de compras a entregar aos cidadãos.-----

-----Também queria saber se houve funcionários que foram visitar comércios e questionar se queriam ou não participar nesta campanha.-----

----- Existem em Mogadouro uma grande quantidade de empresas que sem justificação algumas foram discriminadas, excluídas, deste apoio ou desta iniciativa à economia local. Pergunto ao Executivo a razão desta discriminação, pois a meu ver se o limite de vales a ser descontado por cada é de mil euros, qualquer empresa poderia emitir fatura admitidas para a conversão de vales independentemente do produto ou serviço comercializado. Se o cidadão não pode ultrapassar os mil euros em vales o que importa a esse valor é atingi-lo em várias faturas, cinco euros na compra de alimentos, ou uma só fatura na compra de um carro, serviços no mecânico ou serviços de um advogado, por exemplo. Eu acho que é tudo comércio local. A única regra que devia ser imposta para um limite seria por valores de vales e nunca quanto as empresas que logo de início poderão aumentar o seu volume de negócios ao integrar esta campanha. É também de lamentar e de condenar a exclusão da Associação de Comerciantes de Mogadouro com esta iniciativa, quando em anos anteriores era esta entidade que promovia a Campanha de Natal para apoio do comércio.-----

----- É do nosso conhecimento que em novembro passado a Associação de Comerciantes enviou vários emails ao Executivo Camarário para solicitar parceria para desenvolver a campanha de Natal de incentivo ao Comércio Local e que a Câmara nunca lhe respondeu, será esta uma atitude correta? Gostava de saber se recebeu os emails ou não.-----

----- No meu entender esta é uma atitude que o Executivo Municipal tomou conscientemente e apenas para reivindicar protagonismo. Tendo em conta as dificuldades económicas dos comerciantes, empresários locais, bem como

da população em geral, não existe apenas o Natal. Proponho que esta campanha se prolongue para outras iniciativas durante o ano, e que seja alargada a todas as empresas locais independentemente do seu CAE.”-----

----- RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----

-----“Posso responder porque existem certas insinuações que já estamos habituados e isto nunca agrada a todos. Como devem compreender, e a campanha é bem clara nisso, *estamos a ver um automóvel*, quem comprar um automóvel não está muito mal, de facto. Oxalá, os nossos municípios tivessem a possibilidade de comprar um automóvel neste Natal, ficávamos todos contentes. É o comércio tradicional, está bem explícito, e os produtores locais. Reparem uma coisa, nós temos que incentivar aqueles que perderam muito, mas muito do seu rendimento desde março até agora. Foi este o entendimento que o Município teve de lançar esta campanha. Contrariamente ao que está a dizer, a ACISM enviou-me um pedido de reunião, não me pediu mais nada a não ser um pedido de reunião, não leio aqui porque tem uma quantidade de erros ortográficos que foi parar ao meu spam, e eu só há quinze dias é que soube que esse email tinha sido enviado pela Associação a pedir uma reunião, não tem nada a ver com pedido de dinheiro para esta campanha.-----

----- Esta campanha é diferente daquela campanha que foi feita e que o Município de Mogadouro apoiou. O Município esteve sempre na linha da frente apoiar as campanhas que a Associação Comercial fazia, neste caso, infelizmente a Associação Comercial perdeu o seu Presidente e nós entendemos que este ano, ano de crise, ano tão grave perante a situação que estamos a passar, o próprio Município podia fazer isto diretamente a toda a gente e não criar só aqueles sorteios que se faziam. Esta campanha abrange toda a gente e toda a gente pode efetivamente ter este benefício, não queremos com isto dizer que se poderia alargar a outras iniciativas, claro que sim, se as situações se mantiverem, infelizmente. Certamente que até ao Verão vamos ter complicações muito grandes a nível económico local, não quer dizer que não continuemos a fazer campanhas. Esta, deste Natal, foi pensada a pensar efetivamente não só no comércio, mas também nas pessoas para poderem aqui beneficiarem alguma coisa, sendo certo que estes vales que atribuiremos é para gastar novamente no comércio local e, portanto, não existe dinheiro direto. As pessoas aplicam os vales novamente no comércio, naquilo que são os aderentes e naqueles que estão com o selo de adesão, ele prolonga-se até ao dia sete de janeiro. É uma campanha que não tem cabimentação porque só vai ser possível saber o que vamos gastar a partir de janeiro, e por isso, as campanhas podem-se prolongar, podemos continuar a apoiar da melhor forma que entendermos e daí as sugestões de cada um de vós, porque independentemente de estarmos na gestão do Executivo não quer

dizer que os senhores não nos façam chegar ideias que possamos alargar. Agora, foi mesmo a pensar no comércio local e essencialmente naquilo que são os produtos e os nossos produtores locais, a Eng. Teresa Vilariça dizia isso, e os nossos produtores agrícolas e não só, podem inserir-se nesta campanha, desde o mel aos enchidos, compotas, todos eles estão a fazer adesão, precisamos é que cada um de nós incentive a que as pessoas adiram a esta campanha.”-----

----- RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----

-----“De facto foi pedido aos trabalhadores do Município que dessem uma volta por todos os comércios do concelho, foram às aldeias, se o fizeram em todos, espero que sim. Eu não fiz fiscalização, mas foi pedido que fossem entregar a todos. Na ficha de proposta tem um anexo com a adesão, os comerciantes não precisam de ir à Câmara basta enviarem um email para aderirem à campanha.”-----

----- 2.9 CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA A REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PARA CONHECIMENTO: -

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia, Jorge Dias, para pedir que o grupo parlamentar do PSD comunicasse qual o elemento a integrar no grupo de trabalho.-----
----- Assembleia Municipal de Mogadouro, tomou conhecimento de um grupo de trabalho para a revisão do regimento interno da Assembleia Municipal, sendo o mesmo constituído pela Mesa da Assembleia e pelos membros:-----

- *Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, em representação do grupo parlamentar do PS;*-----
- *Ilídio Granjo Vaz, em representação do grupo parlamentar da coligação TODOS POR MOGADOURO.*-----

----- 2.10 CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA PREPARAÇÃO DAS “COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL” – PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO: -

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia, Jorge Dias, para dizer que será conveniente formar um grupo de trabalho, apesar de não se saber se será ou não feito o evento devido à situação pandémica.-----

----- *A Assembleia deliberou, por unanimidade, atenta o disposto na alínea c) do n.º 7 do artigo 2.º do Regimento da Assembleia Municipal e alínea c) do n.º 1 do artigo 26.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a constituição do seguinte grupo de trabalho para organizar a cerimónia pública oficial de comemoração do vinte e cinco de abril do próximo ano:*-----

- *Presidente da Assembleia, Jorge José Martins Dias; -----*
- *Primeira secretária, Anabela Mendes Pereira; -----*
- *Segunda secretária, Carla Alexandra Reis Lousão; -----*
- *Membro municipal eleito pelo Partido Socialista, Manuel Luís Varandas;*
- *Membro municipal eleito pela Coligação TODOS POR MOGADOURO, José Francisco Bento Sanches Branco.-----*

----- 2.11 APOIO CONCEDIDO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA DE AZINHOSO E DE CASTELO BRANCO NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS/UNIÕES DE FREGUESIAS DO CONCELHO DE MOGADOURO – PARA CONHECIMENTO: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do apoio concedido às juntas.-----

----- INTERVENÇÃO DO MEMBRO ANTÓNIO AMÁLIO OLIVEIRA:-----

-----“Na ata da Assembleia da Câmara Municipal n.º16/2020, da reunião de treze de outubro no ponto oitavo, onde é descrito o pedido de apoio feito por esta freguesia para a construção do forno comunitário, era referenciado na mesma ata que o edifício onde vai ser feito o forno é:-----

----- Passo a citar: “*Na antiga residência do pároco da aldeia*”, no nosso ofício de vinte e nove de maio de dois mil e vinte e registado na Câmara com o número 2020,EXP,EGE,608, diz no segundo parágrafo “*Uma vez que a residência do pároco do Azinhoso não tem garagem surgiu um edifício ao lado, ou seja, contíguo da respetiva casa paroquial, que serviria para efetuar o forno comunitário e garagem*”. Portanto, na ata deve ler-se no edifício ao lado da casa paroquial e não na antiga residência do pároco da aldeia.”-----

----- RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:-----

-----“Iremos proceder a essa correção e não só, existe outra que eu já falei pessoalmente com ele, já que efetivamente na ata ficou erradamente mencionado na casa paroquial mas é num edifício contíguo à casa paroquial.-

----- Outro dos problemas que está acrescido, é que afinal não é só a Junta proprietária, acabaram por comprar a Junta e a paróquia e por isso teremos de retificar esta deliberação que tomamos em Executivo, fica já o compromisso, na próxima reunião iremos retificar o assunto.”-----

----- 2.12 MAPA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPREGO – PARA CONHECIMENTO: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pelo sector de contabilidade.-----

----- **2.13 MAPA DO SERVIÇO PRESTADO PELAS MÁQUINAS NAS FREGUESIAS – PARA CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do mapa remetido pela Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais referente ao serviço prestado pelas máquinas bulldozer, giratória e niveladora do Parque de Máquinas da Autarquia nas freguesias do concelho nos meses de setembro, outubro e novembro de dois mil e vinte.-----

----- **2.14 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AM 4 – 2020 – CONHECIMENTO:** - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento remetido pela Divisão de Contratualização, Informática e Património sobre os compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos referentes aos contratos iniciados no ano de dois mil e quinze até à presente data.-----

3 OUTROS ASSUNTOS

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Indo de encontro às ideias expostas pela membro Eng. Teresa Vilarica o senhor Presidente sugeriu criar um grupo de trabalho sobre esse assunto e eu pretendia saber se esse grupo de trabalho para o estudo e impacto da pandemia nos concelhos tem, por objetivo, criar um plano de ação para o seu desenvolvimento. Esse grupo de trabalho seria para breve? Como será constituído? Se nos puder dar uma achega, é um assunto que nos interessa.”-

----- **RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Na minha opinião acho que a constituir esse grupo era conveniente o quanto antes. Embora estejamos no final do ano, tudo indica que se a pandemia se vai estender pelo menos até ao verão, por isso, se houver disponibilidade de membros independentemente de uma bancada ou de outra e que tenham disponibilidade para entregar o grupo devem-lhe fazer chegar a si e depois constituímos o grupo e fazemos esse trabalho.”-----

----- *A Assembleia concordou, por unanimidade, aprovar a criação de um grupo de trabalho para o estudo / análise do impacto da pandemia no concelho de Mogadouro e elaboração de um plano de ação. A sua*

composição e modo de funcionamento será definida em tempo e de forma oportuna.-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MARIA JOSÉ RAMOS FERNANDES:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Eu resolvi vir aqui para expor uns pontos. Tenho sido abordada por algumas pessoas das aldeias da minha freguesia por causa de não existirem ecopontos em todas as aldeias, só existe em São Martinho. E mesmo em São Martinho há uma senhora, a dona Maria Elisa, por acaso não é residente, mas tem lá casa e agora neste tempo de pandemia resolveu deslocar-se para lá, diz ela que para fugir do vírus, ela com oitenta anos e o marido com noventa.-

----- Então ela já reivindicou um ecoponto mais para o cimo do povo, porque o único que existe é no centro da aldeia. Eu já em tempos oficializei ao senhor Presidente da Câmara a colocação de ecopontos em todas as aldeias, mas foi-me dito que este equipamento era muito caro e existem regras. Como tenho sido abordada pelas pessoas, eu comprometi-me a expor a situação.-----

----- Outra coisa, já falei na última reunião, em São Martinho e nas outras aldeias temos muita dificuldade nas redes móveis, fui abordada por uma pessoa de Valcerto que não tem sinal de televisão do TDT. Eu não percebo muito dessas tecnologias, as pessoas têm direito a ter televisão sem ser paga, e as pessoas são obrigadas a pagar às operadoras (MEO, NOS...) para terem televisão. Eu já oficiei às operadoras e a resposta que eles me deram foi que não estava previsto nenhum aumento de rede naquela zona. Queria pedir ao senhor Presidente, pois tem maior poder, para que junto da ANACOM transmitisse essa situação, porque a maior parte das aldeias, não só São Martinho, mas a maior parte das aldeias tem essa dificuldade de rede. E agora nos tempos que correm, como sabemos, podemos trabalhar em qualquer parte do país através do teletrabalho. Então existe muita dificuldade, não existe internet.-----

----- Relativamente à reabilitação urbana queria pôr aqui uma questão: como é sabido nós temos lá um senhor que está a viver nos balneários do campo de futebol, no complexo desportivo, e nós temos a escola primária e não sei se não seria possível candidatar-se a este projeto, reabilitação urbana, para transformar a escola primária numa casa de habitação? Porque às vezes pode existir alguma eventualidade, um incêndio, uma inundação e existirem pessoas que fiquem desalojadas e termos uma resposta para lhe dar.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO MEMBRO MANUEL ANTÓNIO PRETO:**

- Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Eu venho aqui pelo seguinte: a sinalização da estrada que dá acesso à IC5, nós com os tratores podemos subir mas não podemos descer. Isto é complicado.-----

----- Ainda há uns dias vim trazer a azeitona e eu tenho que fugir por certas estradas porque não tem sinalização, ao pé do restaurante “O Cantinho” também não podemos circular. Com trator existe dificuldade em circular.”—

----- **RESPOSTA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----
-----“A GNR não multa mas tem razão naquilo que está a dizer. Essa questão foi colocada à GNR, se nós quiséssemos e puséssemos lá “exceto tratores agrícolas”. Fica o reparo.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----
-----“A Maria José levantou aqui duas questões importantes.-----
-----A questão dos ecopontos. Existem regras, é um ecoponto por duzentos habitantes, existem aldeias com vinte, dez, por isso não faz sentido. Faz sentido, e fica aqui o compromisso ver se conseguimos pôr mais um ecoponto em São Martinho, também estão referenciados e mexe também com essa situação. Peçam-nos para localidades onde o carro tenha acesso.--
----- Em relação à TDT, e que fique bem explícito, a senhora tinha TDT ou nunca teve? É que agora mudou o sinal, é preciso explicar à pessoa que tem de desligar, voltar a ligar e fazer um *refresh* ao TDT. Só para concluir, o senhor Presidente da ANACON tem uma casa em Vinhais e quando vem para cá tem o mesmo problema que existe em várias localidades do nosso concelho. Ele está bem ciente do problema que temos. Sei que existe uma grande guerra entre operadoras, nós ontem aqui em Mogadouro ficamos sem rede, sem telefone. No meu caso eram quase duas horas da manhã quando começaram a cair mensagens de tentativas de contacto. Eles diziam que era um problema na rede, mas de qualquer maneira o Presidente da ANACOM era para ter reunido connosco há poucos dias, não o fez, fruto deste problema do Estado de Emergência. Mas da última vez que estive connosco por videoconferência, é conhecedor dos problemas que nós lhe colocamos e eu fui um dos que lhe coloquei a questão da rede no nosso concelho e precisamente também ao longo do IC5 temos muitos pontos negros ao nível da rede e por isso existe uma questão que ele quer resolver, mas que as operadoras estão a retrair que é o roaming nacional. Era importante que houvesse por parte das operadoras esta possibilidade de roaming nacional, ou seja, nós tendo uma rede ÓPTIMUS em Brunhoso que acho que é VODAFONE, eu entrando lá com a MEO não tenho rede, mas entrava no roaming nacional. As operadoras estão a querer empurrar este processo, mas estou convencido que ele vai conseguir um entendimento porque está em causa o bem nacional. Neste momento era bom que o roaming nacional

existisse que assim acabávamos por beneficiar todos.-----
----- Eu desconheço os pontos negros da TDT no concelho. Por isso é que estou a perguntar se a senhora nunca teve ou se foi agora. Se foi agora tem de fazer um *refresh* à televisão.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO VICE-PRESIDENTE, EVARISTO ANTÓNIO NEVES:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----
-----“Queria dizer uma coisa em consonância com o que senhor presidente falou e bem, porque é importante todos nós termos esta noção. Cada ecoponto custa 2,500€ à Câmara, e nós vemos que às vezes é preciso substituir alguns porque os estragam, por vandalismo. Se todos nós tivermos consciência do custo que têm, estamos mais alerta para avisar as pessoas e para passar a boa-nova. Não pensem que é a Resíduos do Nordeste que os põe cá, é a Câmara que os paga. Senhora Presidente compreenderá que é mais fácil a família fazer a reciclagem em casa como eu faço e como muitas pessoas o fazem do que ter um ecoponto ao fundo da rua.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, FRANCISCO JOSÉ MATEUS ALBUQUERQUE GUIMARÃES:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----
-----“Dizer-vos que vos desejo um bom Natal, essencialmente com muita saúde e paz, junto das vossas famílias dentro daquilo que for possível e que o ano dois mil e vinte e um seja melhor que o ano dois mil e vinte, porque efetivamente todos nós, independentemente de estarmos na posição que estamos, todos nós estamos a sofrer com este maldito vírus que acaba por trazer consequências graves para todos. Por isso, desejo-vos acima de tudo um ano dois mil e vinte e um repleto e com um futuro melhor que em dois mil e vinte, pois não foi o melhor. Nunca tínhamos passado na vida, talvez o professor Ilídio se lembre, há cinquenta e tal anos houve uma pandemia assim idêntica que passou ao lado. De qualquer maneira esta não, esta continua a trazer consequências graves. Fiquem com esta ideia: anteontem tínhamos setenta e sete internados em enfermaria Covid_19 no distrito e treze em cuidados intensivos, três dos quais com menos de trinta anos. Fiquem com esta informação dada pelo Presidente da ULSNE na passada quarta-feira na nossa Comissão Distrital. A média é de cinquenta anos nos internamentos, das setenta e sete só duas pessoas é que tinham mais de noventa anos, por isso tenham esse cuidado e passem a palavra. Os profissionais de saúde estão cansados como nós estamos, imaginem como estarão e por isso temos que ter este cuidado. Como dizia o Dr. Filipe Vaz na nossa reunião, ele não está preocupado com a vacina, ele está preocupado com o desleixo que as pessoas vão ter com a vacina, e aí pode trazer consequências que não queríamos para o país. Bom Natal.”-----

----- **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, JORGE JOSÉ MARTINS DIAS:** - Fez a seguinte intervenção dizendo:-----

-----“Quero agradecer às pessoas que se envolveram no apoio e organização desta Assembleia. Estão de parabéns, neste caso estou a referir-me ao Mário, Dona Odete, Dona Maria, ao Hugo e à Liliana e porventura a mais alguém que me tenha esquecido.-----

----- Agradecer aos membros desta Assembleia a maneira ordeira, bem estruturada e bem organizada nas suas intervenções. Estamos a melhorar, as recomendações dadas na outra Assembleia surtiram efeito.-----

----- Desejar um bom Natal a todas as senhoras e senhores aqui presentes, membros desta Assembleia, ao Executivo da Câmara, vereadores aqui presentes e desejar um próspero ano e que seja muito melhor que o ano que está a findar.-----

----- A minha mensagem é extensível a todos os Mogadourenses.-----

----- Tenho pena que este ano não se realizasse o pequeno convívio que fazíamos todos os anos.-----

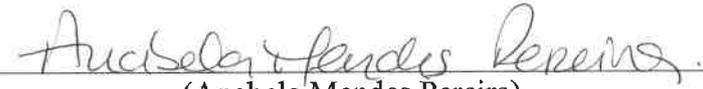
----- Pela consideração que vocês todos merecem queremos oferecer uma pequena lembrança em relação ao ano presente.-----

----- Obrigado a todos, boas festas e sejam felizes.”-----

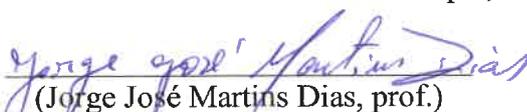
----- **LEITURA DA ATA EM MINUTA:** - No final dos trabalhos e, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2018, de 12 de setembro e do n.º 6 do artigo 34.º do Regimento da Assembleia Municipal de Mogadouro, com vista à excecutoriedade imediata dos assuntos tratados, a segunda secretária da Mesa, Carla Lousão, procedeu à leitura da ata em minuta, a qual foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Eram catorze horas e trinta minutos, quando o senhor Presidente da Mesa, deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Anabela Mendes Pereira, primeira secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi:-----

A 1.ª Secretária da Assembleia Municipal,


(Anabela Mendes Pereira)

O Presidente da Assembleia Municipal,


(Jorge José Martins Dias, prof.)

Esta ata é constituída por 25644 palavras, distribuídas por 58 páginas e 2494 linha